



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



ERLON CID REIS RIBEIRO

A TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E OS EFEITOS DE ENCADEAMENTO PARA TRÁS DO CAPITAL TRANSNACIONAL NA AMAZÔNIA: O reflexo econômico da Hydro no setor terciário do município de Barcarena.

Belém
2021

ERLON CID REIS RIBEIRO

A TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E OS EFEITOS DE ENCADEAMENTO PARA TRÁS DO CAPITAL TRANSNACIONAL NA AMAZÔNIA: o reflexo econômico da Hydro no setor terciário do município de Barcarena.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva.

Belém

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo autor

R484t Ribeiro, Erlon Cid Reis.
A Teoria dos Stakeholders e os Efeitos de Encadeamento Para Trás do Capital Transnacional na Amazônia: O reflexo econômico da Hydro no setor terciário do município de Barcarena. / Erlon Cid Reis Ribeiro. — 2021. 100 f.: il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2021.

1. Setor terciário - Barcarena (PA). 2. Serviços - Barcarena (PA). 3. Desenvolvimento local - Barcarena (PA). 4. Sociedade, economia e meio-ambiente – Barcarena (PA). I. Título.

CDD 330.917240811

ERLON CID REIS RIBEIRO

A TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E OS EFEITOS DE ENCADEAMENTO PARA TRÁS DO CAPITAL TRANSNACIONAL NA AMAZÔNIA: O reflexo econômico da Hydro no setor terciário do município de Barcarena.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovado em 29/06/2021 .

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Examinador Externo - PPGDAM/NUMA/UFPA

AGRADECIMENTOS

A felicidade em estudar no Núcleo dos Altos Estudos da Amazônia, o NAEA é um privilégio de poucos num contexto em que a importância do conhecimento científico é questionada e geralmente restringe-se a uma pequena casta elitizada, instituindo um Estado segregador, que somente aprofunda o problema da desigualdade, impedindo a construção de uma sociedade mais homogênea, sobretudo na educação, preponderante para toda e qualquer transformação.

Portanto, agradeço a Deus que em sua imensa sabedoria, permitiu que este trabalho fosse realizado, ao presentear-me com a família que possuo, com meus amigos e todos os professores que brilhantemente contribuíram para o meu aprendizado. Minha eterna gratidão aos professores doutores Francisco de Assis Costa, Fábio Carlos da Silva e Ricardo Folhes que me deram um voto de confiança ao concederem a oportunidade em realizar meus estudos, quando do momento da entrevista do projeto desta dissertação.

Durante as disciplinas, conheci os professores doutores Marcela Vecchione e Saint Clair, tão criativos e pragmáticos ao apresentaram um leque de possibilidades para a construção de um pensamento científico de caráter interdisciplinar. Finalmente e reiteradamente, um agradecimento em especial ao meu orientador, o Professor Dr. Fábio Carlos da Silva, pela pessoa humilde e generosa que é, ao partilhar o seu conhecimento, fundamentando e organizando metodologicamente minhas ideias, culminando para a materialização desta dissertação.

RESUMO

Abordagens em torno da ideia de desenvolvimento pautado numa visão integral no sentido de que a transcendência da consciência humana promova uma postura agregadora em suas relações, sejam, sociais, econômicas e até mesmo no tratamento das questões ambientais é a essência deste trabalho. No intuito de concebê-lo dentro de um padrão científico, pautou-se como objetivo, discorrer sobre a Teoria dos *Stakeholders* com seu potencial colaborativo para o desenvolvimento humano e em consequência para a sua coletividade, ilustrada a partir de uma perspectiva do pensamento clássico do desenvolvimento hirschmaniano em sua Teoria dos Efeitos de Encadeamento para Trás. A referida observação deu-se no importante polo industrial do Pará, localizado no município de Barcarena, elencando-se a refinaria de alumina Hydro, enquanto um recorte da reprodução costumaz do capital transnacional em nações periféricas do ponto de vista econômico e o reflexo disto na referida região local. Uma abordagem a respeito da Teoria dos *Stakeholders* quanto a mudança do paradigma organizacional em relação a maximização do lucro, a assimilação da natureza, ao indivíduo e sua coletividade, como partes da fisiologia do mundo corporativo, apresentando a essência capitalista, suas contradições, externalidades negativas e seu reflexo nas interações globais a nível político, econômico, humano, social e ambiental foi o caminho escolhido, na tentativa em se aproximar de uma percepção da relação do capital transnacional com a região local do município de Barcarena. Ao final, sem o detrimento da compreensão dos efeitos nocivos imputados pelo modo de produção capitalista as sociedades da periferia econômica global, entende-se a importância da Teoria do *Stakeholders* e seu “perfil integralizante”, apresentada como um pensamento contributivo que se observa materializado na ideia dos Efeitos de Encadeamento para Trás, corroborando com o fortalecimento do setor terciário do município de Barcarena.

Palavras-chave: Capital Transnacional. Teoria dos *Stakeholders*. Desenvolvimento. Setor Terciário.

ABSTRACT

Approaches around the idea of development based on an integral vision in the sense that the transcendence of human consciousness promotes an aggregating posture in their relationships, whether social, economic, and even in the treatment of environmental issues, is the essence of this work. To conceive it within a scientific standard, the objective was to discuss the Theory of Stakeholders with its collaborative potential for human development and, consequently, for its collectivity, illustrated from a perspective of the classical thinking of the Hirschman's development in his Theory of Backlink Effects. This observation took place in the important industrial hub of Pará, located in the municipality of Barcarena, listing the Hydro alumina refinery, as an excerpt of the customary reproduction of transnational capital in peripheral nations from an economic point of view and the reflection of this on the said local region. An approach regarding the Stakeholders Theory regarding the change in the organizational paradigm in relation to profit maximization, the assimilation of nature, the individual and his collectivity, as parts of the physiology of the corporate world, presenting the capitalist essence, its contradictions, negative externalities and its reflection on global interactions at the political, economic, human, social and environmental level was the path chosen, in an attempt to approach a perception of the relationship between transnational capital and the local region of the municipality of Barcarena. In the end, without detriment to the understanding of the harmful effects imputed by the capitalist mode of production to societies in the global economic periphery, we understand the importance of the Stakeholders Theory and its "integrating profile", presented as a contributory thought that is materialized in idea of Backlink Effects, corroborating the strengthening of the tertiary sector in the municipality of Barcarena.

Keywords: Transnational Capital. Stakeholders Theory. Development. Tertiary Sector.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ORDENAMENTO CAPITALISTA E O DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO PERIFERICA DO PONTO DE VISTA GLOBAL: UMA ABORDAGEM DE VISÃO INTEGRAL	14
1.1 O CASUÍSMO DA NATUREZA HUMANA EM CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS: HISTÓRICO DE RELAÇÕES CONFLITANTES POR DOMINAÇÃO E PODER	19
1.2 SOBRE O DESENVOLVIMENTO	31
1.3 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	38
1.4 VISÃO INTEGRAL PARA UM NOVO NÍVEL DA CONSCIENCIA HUMANA	41
1.5 MASLOW E SUA TEORIA DAS NECESSIDADES HUMANAS	44
1.6 O CONCEITO DE MICROPOLITICA DELEUZIANO: UM PENSAMENTO INTEGRAL E CONVENIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	47
2. A TEORIA DAS PARTES INTERESSADAS (<i>STAKEHOLDERS THEORY</i>)	48
2.1 A RELAÇÃO DO GLOBAL COM O LOCAL	48
2.2 EVOLUÇÕES A PARTIR DO PRÓPRIO MAINSTREAM ECONÔMICO	53
2.3 AS NORMAS REGULAMENTADORAS BRASILEIRAS E OS NEGÓCIOS DO SETOR TERCIÁRIO DE BARCARENA.	54
3. DA HYDRO DO CAPITAL TRANSNACIONAL, DO MUNICÍPIO DE BARCARENA ENQUANTO SOCIEDADE LOCAL E DAS EXTERNALIDADES SOCIOECONOMICAS E AMBIENTAIS	56
3.1 SOBRE A HYDRO	56
3.1.1 O MOVIMENTO DO CAPITAL NA PRÁTICA.....	57
3.1.2 INSUMOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	60
3.1.3 OS PRODUTOS DA HYDRO	60

3.1.4 PAISAGEM TRANSFORMADA, AUSENCIA DE VIDA	62
3.2 MUNICÍPIO DE BARCARENA	68
3.3 AS EXTERNALIDADES SOCIOECONOMICAS E AMBIENTAIS LOCAIS	72
4. OS NEGÓCIOS DO SETOR TERCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARCARENA VISTOS COMO EFEITOS DE ENCADEAMENTO PARA TRÁS	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

A Teoria dos *Stakeholders* e os efeitos de encadeamento para trás do capital transnacional na Amazônia, em essência, é uma abordagem em torno de complexas relações, contextualizadas por uma diversidade de instituições, indivíduos, sociedades e nações que desempenham diferentes papéis num mundo cada vez mais globalizado, comandado pelos oligopólios das grandes corporações oriundas das nações desenvolvidas do Norte global.

Observar a dinâmica da composição dos empreendimentos locais, que surgem em função dos processos produtivos desses grandes investimentos do capital transnacional na Amazônia, como no caso da refinaria de alumina Hydro, é muito importante. Primeiro em função das oportunidades de negócios que podem surgir e depois, com relação as ofertas de emprego, que só poderão ser aproveitadas desde que existam pessoas capacitadas em atender as demandas do nicho mercadológico que se apresenta, gerando renda e fortalecendo a economia do município.

Não se discute o fato, de que a existência deste tipo de investimento do capital transnacional em regiões pouco desenvolvidas como na Amazônia, tende a reproduzir uma economia de enclave, onde os benefícios estão muito aquém do alto preço que se paga, na busca pelo “desenvolvimento”. Porém, este trabalho, atem-se em observar, as possibilidades que podem proporcionar um convívio menos destrutivo com essa dura realidade, identificando variáveis econômicas, capazes de amenizar as consequências sociais e ambientais promovidas por essas grandes organizações oriundas das nações economicamente superdesenvolvidas.

Portanto, observar os negócios que podem surgir em função das demandas de uma refinaria de alumina como a Hydro, enquanto grande projeto transnacional em território amazônico, significa contribuir com o estabelecimento de iniciativas locais, para a conservação do meio ambiente, assim como, para a elaboração de cursos profissionalizantes como oferta de mão-de-obra, capacitando as pessoas dentro de uma percepção interdisciplinar, assim como na criação de espaços e instituições destinados às comunidades locais, esclarecendo e orientando sobre seus papeis, dentro do contexto econômico e socioambiental e o quão todos, são de fato, partes interessadas, idealizadas num pensamento denominado de Teoria dos Stakeholders,

que surgiu a partir do próprio mainstream econômico, evidenciando e legitimando, portanto, todas as vozes dentro do contexto socioeconômicoambiental global e local.

A dissertação buscou responder inicialmente o seguinte questionamento. A Teoria dos Stakeholders encontrou seu espaço dentro do pensamento capitalista ou apresentou-se somente como um discurso normativo e inviável do ponto de vista econômico?

Tendo como fio condutor da pesquisa buscar responder à questão acima citada, a hipótese formulada foi ilustrada pela visão hirschmaniana dos efeitos de encadeamento para trás e tomando-se a refinaria de alumina Hydro como exemplo, considerando-se necessário que ocorram no território onde a empresa se instalara algumas atividades econômicas determinantes para a realização de seu processo produtivo. Trata-se da prestação de alguns serviços que se conectam com as abordagens que residem na Teoria dos *Stakeholders*, o que a qualificaria como uma teoria catalizadora, portanto contributiva no contexto do desenvolvimento econômico de Barcarena.

O objetivo geral deste estudo foi observar, dentro da ideia hirschmaniana dos efeitos de encadeamento para trás, os negócios que surgiram em função do processo produtivo da refinaria de alumina Hydro, aqueles cuja natureza convergem com os fundamentos propostos dentro da Teoria dos *Stakeholders* de Richard Freeman.

Os objetivos específicos foram: a) elencar alguns conceitos que se relacionam com o pensamento desenvolvimentista capitalista e o reflexo disto na interação homem, sociedade e Estado à nível local e global; b) apresentar a Teoria dos Stakeholders coadunando-a com os princípios, códigos e normas impostas à sociedade; c) apresentar a refinaria de alumina Hydro, sua gênese e seus desafios atuais e sua relação com o município de Barcarena enquanto sociedade local e as externalidades negativas desta interação; d) elencar os negócios gerados a partir dos efeitos de encadeamento para trás provocados pela Hydro.

A concepção teórica de base utilizada na análise do objeto de pesquisa fundamenta-se na Teoria dos *Stakeholders* (partes interessadas) de Richard Edward Freeman, uma teoria de cunho integral onde elenca-se os indivíduos e as instituições representativas que compõe os diferentes grupos de *stakeholders* de uma determinada organização, cujos conceitos e valores deverão pautar-se num tipo de gestão interdisciplinar, ancorada sobretudo na ética imbricada nos diversos fatores:

econômico, político, social, ambiental, e o que mais seja relevante estruturando a complexa cadeia das relações humanas e institucionais.

Na abordagem metodológica, para a evolução do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que inicia com pensamentos em torno da natureza humana, caracterizada por um instinto de dominação e poder, que tende a explicar as conflitantes relações de produção ao longo da história, que sugere vislumbrar o capitalismo, como somente mais um capítulo das relações de dominação, promovidas pelo homem como se ainda estivesse agindo instintivamente a partir de seu estado natural.

Na sequência, para se chegar a um entendimento do problema proposto neste estudo, recorre-se a duas condicionantes. A primeira, diz respeito a necessidade do conhecimento prévio de determinadas definições. A segunda condição, reside no fato, de que, esses conceitos, suscitam uma multiplicidade de concepções, que são aventadas a título de esclarecimento do leitor.

Assim, apresenta-se a ideia de desenvolvimento e de sustentabilidade ambiental a partir de vários autores, destacando a diversidade de suas visões em torno dos mesmos objetos de análise, denotando o quanto a realidade de um mesmo contexto, deve ser assimilada em sua plenitude por ser caracterizada pela heterogeneidade, divergência e pluralidade.

Neste ponto do trabalho, elenca-se a Teoria Integral de Ken Wilber, Maslow e sua teoria das necessidades humanas, como uma das mais importantes correntes do desenvolvimento humano, assim como potencial elo de ligação, entre os homens e todas as sociedades do planeta, em detrimento aos seus patamares de desenvolvimento econômico, ao apresentarem as mesmas necessidades, que vão das fisiológicas até a autorrealização, inspirando os indivíduos na busca pelo autoconhecimento, com a adoção de uma postura resiliente perante as adversidades sociais, econômicas e ambientais, mas resolutos em alcançar objetivos morais em torno do interesse comum.

Em seguida, é apresentada a Teoria dos *Stakeholders* com seu arcabouço teórico, coadunando-se e viabilizando o conceito deleuziano de micropolítica e seu legado de diretrizes e normas em torno das questões éticas, sociais, ambientais, de segurança e saúde do trabalhador.

Como ilustração do fenômeno estudado, elenca-se a refinaria de alumina Hydro como um típico exemplo do movimento do capital, por sua gênese, suas

demandas por insumos e serviços, seus produtos e sua transformação da paisagem local.

Ao final, apresenta-se o resultado da pesquisa em torno dos negócios que surgiram como efeitos de encadeamento para trás a partir do advento da referida planta química, focados predominantemente naqueles que se coadunam com o discurso oriundo da Teoria dos *Stakeholders*.

A dissertação é composta, além dessa introdução e das considerações finais, de quatro capítulos. O primeiro capítulo denominado, “Ordenamento capitalista e desenvolvimento de um estado periférico global: uma abordagem integral”, apresenta uma síntese da evolução da concepção de desenvolvimento, redundando nas áreas periféricas do ponto de vista econômico, em função de sua industrialização tardia numa abordagem integralizante. O capítulo, com o título, “A Teoria das Partes Interessadas (*Stakeholders Theory*)”, desenvolve o conceito e a ideia central da referida teoria, elencando-se os atores relacionando-se de forma complexa em meio a conflitantes interesses econômicos, sociais e ambientais, numa percepção de sua representação dentro da contextualização micro e macroeconômica, onde normas de cunho internacional, como as ISO's (International Organization for Standardization) são criadas e adotadas no intuito de padronizar procedimentos que funcionam como delimitadores a “garantir direitos” que por consequência visam reduzir as adversidades observadas na relação do global com o local. O terceiro capítulo: “Da Hydro do capital transnacional, do município de Barcarena enquanto sociedade local e das externalidades socioeconômicas e ambientais”, aborda a história da refinaria de alumina enquanto produto das políticas públicas no início do último terço do século passado, que por sua vez é oriundo do pensamento econômico global desenvolvimentista predominante na época, sua mutação de empreendimento estatal até a consolidação como capital transnacional, seus processos, produto e subproduto e em seguida apresenta-se Barcarena e as externalidades negativas a partir de sua relação com o capital transnacional. No quarto e último capítulo denominado de “Os negócios do setor terciário do município de Barcarena vistos como efeitos de encadeamento para trás”, elenca-se alguns tipos de prestação de serviços que existem como consequência prática da Teoria dos *Stakeholders*.

1. ORDENAMENTO CAPITALISTA E O DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO PERIFÉRICA DO PONTO DE VISTA GLOBAL: UMA ABORDAGEM DE VISÃO INTEGRAL

O tema deste trabalho é a abordagem em torno do desenvolvimento humano, dentro das perspectivas social, econômica e ambiental. No sentido, de como o homem, ainda em seu estado de natureza, em detrimento ao julgamento dos méritos das visões hobbesiana, lockeana ou rousseauiana, evoluiu em suas interações com a natureza e seu semelhante, adequando-se ao longo da história a diferentes relações de produções, até chegar à contemporaneidade do modo de produção capitalista.

Como todo título de um trabalho acadêmico, “A Teoria dos *Stakeholders* e os Efeitos de Encadeamento para Trás do Capital Transnacional na Amazônia: o reflexo econômico da Hydro no setor terciário do município de Barcarena”, nada mais é, que uma delimitação de todas as variáveis conceituais que compõe as ideias do tema supracitado.

Num esforço em determinar uma palavra, capaz de sintetizar o referido título desta pesquisa, pode-se intuir, que partindo dos conceitos nele contidos, observa-se a representação de conexões de causa e efeito entre pessoas, instituições, nações e até mesmo de fenômenos cuja abordagem pode ser feita, a partir das suas relações.

Ou seja, pode-se dizer que o presente trabalho se concentra nas “Relações”. Daí a necessidade, das abordagens em torno do homem, de sua coletividade organizada a partir da ideia de Estado, da natureza, do meio ambiente, do modo de produção capitalista, sua doutrina ideológica e todas as suas contradições. E este capítulo trata justamente dessas questões, em cada termo e palavra que constitui o seu título.

No termo, “ordenamento capitalista”, inicia-se todo um percurso realizado pelo homem no planeta, determinando suas relações de produção até chegar ao modo de produção capitalista. Esse esforço heurístico, reside na intenção em sugerir, que a causa de todos os acontecimentos históricos da humanidade até os dias de hoje, perpassa pela questão dos interesses pessoais do homem, pela exacerbação de seu egoísmo nato e a sistemática transformação de seus valores.

Daí se propõe que a essência do capitalismo, seria a mesma a influenciar, qualquer sistema político e econômico que surgisse, uma vez que seu controle, estaria sempre submetido a uma casta elitizada, representada por pessoas, igualmente suscetíveis aos mesmos padrões comportamentais humanos.

Estabelecida a percepção da “alma capitalista”, elenca-se sua jornada de promoção da desigualdade entre os homens e as nações, caracterizada por relações de dominação, que se expandiram e tornaram-se a se reproduzir, muito distante de seus limites territoriais, dividindo economicamente o planeta em “dois mundos”, que entre outras denominações, atendem pelas expressões de “Sul Global”, referindo-se as nações pouco desenvolvidas, e as do “Norte Global” ostentando o *status* de países superdesenvolvidos.

Como o trabalho em parte, reside na observação do reflexo econômico das operações da refinaria de alumina Hydro no município de Barcarena, e, ao entender a Hydro, como a materialização do capital transnacional, no interior de um país considerado do Sul Global, como o Brasil, considera-se extremamente pertinente, todo o esforço heurístico empreendido, num método de dedução, a partir do estado de natureza do homem, culminando com o desenvolvimento de uma relação de produção, que se processa tal qual o instinto de dominação e poder humano.

Ao projetar a essência do capitalismo como uma extensão da própria aspiração humana, é possível mostrar a previsibilidade de seu comportamento, o que sugere certa utilidade no campo das relações políticas, econômicas e sociais com aqueles que o representam. Ou seja, é importante conhecer as intenções daqueles com os quais se relaciona, reconhecendo os limites de suas condescendências e ganhando sua empatia para que a referida relação se converta num processo em que os ganhos são compartilhados, permitindo assim que ambas as partes se desenvolvam em sua plenitude.

A ideia de desenvolvimento sob a ótica econômica do modo de produção capitalista reside na industrialização e na tecnologia. Na visão econômica liberal do século XVIII, as forças de mercado, sem a necessidade de outras intervenções, equacionariam as diferenças entre as nações. Após a Segunda Grande Guerra, as relações de mercado sugerem uma maior amplitude e o diálogo em torno do desenvolvimento ganha robustez, e novas concepções pelo mundo começam a aflorar.

Remetendo-se ao título do trabalho, observa-se o termo “Efeitos de Encadeamento Para Trás”. Expressão que surge, justamente, a partir de um conceito oriundo da discussão em torno do desenvolvimento econômico. Portanto, considera-se salutar, no bojo do arcabouço teórico deste trabalho, suscitar os pensamentos em torno da ideia de desenvolvimento, transcendendo da questão econômica, para o prisma social

e ambiental, assim como na visão das relações existentes entre as nações com diferentes níveis de desenvolvimento.

Tais conhecimentos permitem que se realize inferências, contextualizadas pela própria condição de nação economicamente periférica do Brasil e sua relação com o capital transnacional, a partir da realidade da Hydro no município de Barcarena e o impacto de sua amplitude econômica, social e ambiental naquela região local.

Concepções pertinentes, que podem ser úteis, dentro de uma proposta de Estado democrático de direito, no sentido de apontar vias de diálogo junto aos governos locais, com a forte possibilidade de transformá-lo num poderoso aliado junto à sua sociedade, na relação com os agentes do capitalismo. Ou seja, o vislumbre de uma melhor sinergia entre o capital transnacional aqui representado pela Hydro, o Estado em sua composição municipal e a sociedade local, no caso, o município de Barcarena.

O termo periferia global é bastante usado no decorrer desta pesquisa e justifica-se, contextualizado pela relação internacional, entre um Estado da periferia global, no caso o Brasil, com o capital transnacional, na presença de uma refinaria de alumina, denominada Hydro, de propriedade norueguesa, que, portanto, faz parte das nações desenvolvidas que compõe o Norte Global, permitindo-se refletir de forma mais ampla a respeito das transformações locais a nível econômico, social e ambiental em consequência da relação do capital transnacional com o município de Barcarena.

Elenca-se, ainda, a questão da sustentabilidade ambiental, em torno da capacidade ou não de regeneração dos espaços naturais, por conta do processo produtivo da refinaria de alumina da Hydro em Barcarena, no sentido de se manter um nível de conservação ambiental sustentável. Ou seja, não se pode falar de uma refinaria de alumina como a Hydro, sem considerar o seu potencial transformador da paisagem local. Daí a importância do subcapítulo 1.5, que suscita a questão da sustentabilidade ambiental, no intuito de uma conscientização em prol da abertura de um diálogo sistemático em torno deste tipo de consequência a qual a região local é submetida.

Trata-se, portanto, de temas controversos delineados por diferentes percepções as quais defrontam-se a partir dos contextos observados sobretudo nas sociedades de capitalismo tardio consideradas entre outras denominações como nações periféricas globais, onde a insatisfação do comportamento pós-moderno reverbera com muito mais intensidade em função do abismo social e econômico cuja causa é

atrelada especificamente ao modo de produção capitalista, como uma entidade forjada a partir do desenvolvimento do pensamento moderno.

Entende-se que no contexto contemporâneo dessas sociedades, a realidade assume uma diversidade de sensações, onde os indivíduos separados por suas diferenças, entre elas, políticas, culturais ou econômicas, debatem-se em torno de seus interesses culminando num complexo processo de relações sociais onde se faz necessário um outro tipo de comportamento, o qual seja capaz de assimilar e considerar cada pauta pleiteada como igualmente importante no sentido de reordenar a sociedade transformando-a num organismo capaz de reconhecer e acolher todas as partes que o constituem.

Nesse aspecto, o trabalho não baseia-se em determinada teoria em detrimento de outras para a construção de seu pensamento. Mas sim, apresenta tópicos destoantes justamente assumindo uma postura indiferente as ideias formadas, no sentido de abarcar como todas relevantes para a viabilização de uma realidade mais agregadora, ambicionando holisticamente que as divergências humanas tendam a esmaecer, ainda que esse processo de transformação de percepção relacional seja gradual, porém próspero e definitivo.

Daí, a questão desta pesquisa apresentar uma proposta integralizante, ilustrando variáveis teóricas diversificadas, somente a título de conhecimento, ou seja, a ideia é aventar aqui suas existências, sem deliberadamente aprofundar-se nas mesmas, no intuito mais de apontá-las e considerá-las igualmente importantes em alcançar-se um equilíbrio nas relações humanas, promovendo um ambiente mais suscetível à um termo comum gratificante a todos.

Trata-se de uma orientação interpelativa que se distancia da perspectiva de uma visão pós-modernista, no sentido de não basear-se somente na negação das ideias que caracterizam o pensamento do modo de produção capitalista, mas sim, agregar naquilo que, concordando-se ou não, parte da sociedade já acredita. São outras formas de refletir o bem-estar da coletividade, residente no próprio pensamento pós-modernista, porém, sem nenhuma forma de segregamento ideológico.

Em síntese, assumir um posicionamento de integralidade, não significa abandonar a noção crítica dos contextos adversos impostos as sociedades pouco, ou nada desenvolvidas, sobretudo do ponto de vista socioeconômico, mas sim, suscitar uma discussão capaz de transformar processos nocivos e danosos experimentados por esses indivíduos e seus espaços em convívios mais próximos de uma razoabilidade

de bem-estar social, ou seja, em Wilber (2008), "... a abordagem integral permite que você perceba tanto a si mesmo como o mundo circundante de maneiras mais abrangentes."

No interesse em se trabalhar dentro de uma perspectiva integral, entende-se que o pensamento de Abraham Maslow, em torno de sua teoria das necessidades humanas, tido como uma das linhas do desenvolvimento humano na percepção wilberiana, pode ser útil em explicar a natureza deste comportamento, a partir das necessidades individuais. Indo mais além, fazendo-se uma alusão ao aforismo grego antigo, "conhece-te a ti mesmo", tais percepções ajudam a manter as relações, pautadas no respeito mútuo e na empatia, uma vez que, em detrimento do nível de cultura, lugar de origem, condição econômica, sexo, religião e tudo mais que possa caracterizar indivíduos de uma sociedade, onde ao final, todos são essencialmente humanos.

Significa dizer, que ao reconhecer suas necessidades como a causa de suas fraquezas, o homem acaba por intuir as mesmas debilidades de seu semelhante. Portanto, terá êxito em suas relações, aquele que usa deste conhecimento a seu favor, pois o primeiro dos treze princípios da arte da guerra, elencado por Sun Tzu, reside justamente na ideia de que: "se você não conhece o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas".

Diversidades à parte, o fato é que para além da possibilidade, assim como da necessidade da criação de parâmetros capazes de conduzir essas diferenças em torno de um propósito humano em comum, surge um outro conceito, com o mesmo potencial agregador capaz de inspirar e reiterar a essência deste trabalho. Trata-se da ideia deleuziana de micropolítica, onde as contradições sociais, pela necessidade contextualizada por relações pouco promissoras, tendem a convergir para alternativas capazes de promover soluções, que contemplem na medida do possível, o complexo processo dessas interações entre as instituições, indivíduos e sua coletividade. Ou seja, não trava-se aqui uma guerra em prol da determinação de um mundo ideal para se viver, condicionando-se ao rompimento com a ideologia dominante e impondo-se novas ordens sociais, mas somente, criar outras perspectivas que viabilizem a existência humana dentro da realidade compartilhada por todos, em detrimento as condições de vida de cada um.

Assim, na relação entre uma sociedade que vive na periferia da periferia global, como no caso do município de Barcarena e uma gigantesca corporação do oligopólio

de capital transnacional, como a Hydro, o que se propõe, é um diálogo pautado nessas concepções, uma vez que a Teoria dos *Stakeholders* apresenta-se como um pensamento integralista ao promover tal abertura nesta forma das organizações interagirem consigo e com o meio que vivem.

Portanto, a primeira parte do título desta pesquisa apresenta o pensamento central do estudo que é a Teoria do *Stakeholders*, caracterizada pela mudança de paradigma nas organizações, defendendo a transparência e a ética em suas relações, convidando todas as partes interessadas envolvidas diretamente ou não num determinado processo organizacional a participarem do diálogo em torno das consequências oriundas de suas atividades. Nesse sentido, a Teoria dos *Stakeholders* seria uma espécie de oportunidade para um desenvolvimento mais equilibrado da sociedade e da região, a partir um discurso que parte do próprio *mainstream* e que permite a abertura do diálogo entre o global e o local.

1.1 O CASUÍSMO DA NATUREZA HUMANA EM CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS: HISTÓRICO DE RELAÇÕES CONFLITANTES POR DOMINAÇÃO E PODER

Robert Heilbroner, economista americano, no início da década de cinquenta do século XX, apresenta ao mundo o livro de sua autoria, originariamente intitulado *The Worldly Philosophers*, cuja tradução livre para o português, significaria, “Os filósofos profanos”. Como contribuição bibliográfica deste trabalho, é interessante conhecer a concepção desse autor a respeito da natureza humana, que se revela, logo nas primeiras linhas de sua referida obra. Para Heilbroner (1996), “desde que desceu das árvores, o homem encarou o problema da sobrevivência, não como indivíduo, mas como membro de um grupo social”.

Em detrimento à discussão em torno do homem natural e sua predisposição ou não de viver em sociedade, o que aventa-se aqui, é o fato de que o homem, ainda que desprezando sua vulnerável constituição física, sobrepujou a todos os outros animais da terra e o meio em que vive. Sua potencialidade cognitiva permitiu-lhe conceber sofisticadas maneiras de prover a existência e perpetuação de sua espécie.

Tal característica observa-se pontuada na afirmação de Gehlen (1993, p.64) na qual “*adondequiera que miremos, vemos al ser humano propagado por toda la tierra y sojuzgando cada vez más la naturaleza, apesar de su desvalimiento físico*”. Arnold

Gehlen (1904-1976), foi um filósofo e sociólogo nascido na Alemanha e um dos precursores da antropologia filosófica, que estuda a natureza humana. Porém, observa-se na história, que em meio as suas relações, talvez em função dessa natureza, o homem tenha intuitivamente subjugado seu próprio semelhante, percepção essa registrada no século XVII, na obra intitulada *Leviatã*, onde seu autor assim o considera. Para Hobbes (2003, p. 107):

(...) se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro e disto se segue que, quando um invasor nada mais tem a reear do que o poder de um único outro homem, se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto de seu trabalho, mas também de sua vida e de sua liberdade.

Para Hobbes, o egoísmo é uma condição inata ao homem que o incapacita de prover o bem comum a partir de suas ações individuais. Portanto, o entendimento hobbesiano contribui com uma percepção desencorajadora da natureza humana a qual denota o homem como um ser dominador, impetuoso que sempre agirá até as últimas consequências em defesa de suas conquistas, de sua liberdade e até mesmo pela sua vida.

Adam Smith, posteriormente no século XVIII, em sua primogênita obra, *Teoria dos Sentimentos Morais*, idealiza o homem contrastando-o ao pensamento hobbesiano, considerando o mesmo como essencialmente um ser social, a partir do instante que este detém a capacidade de colocar-se no lugar de seu semelhante em momentos difíceis.

Smith, ainda que compartilhasse a ideia de que os interesses pessoais se antecipam a qualquer outro, entendia que o sentido desses interesses não se condensa somente por ocasião de suas aquisições, pois considerava que no homem existem sensações como a empatia que poderia levar para um outro patamar de relação de reciprocidade.

Para Smith, para se conter o ímpeto egoísta humano, dever-se-ia partir de um exercício onde o homem, tornando-se um observador do comportamento de seu semelhante, naturalmente seria tomado por um juízo de valor, baseado em suas crenças e colocando-se no lugar do outro em situações desfavoráveis. Tal exercício ao ser aplicado, tenderia a redundar em diferentes interpretações, uma vez ser

improvável que o homem se torne algoz de si próprio, ao confrontar-se com seus particulares pecados. Tal pensamento é facilmente compreendido em suas próprias palavras:

Nós aprovamos ou desaprovamos a conduta de outro homem de acordo com a nossa sensação de que, quando levamos o caso para nós mesmos, podemos ou não podemos simpatizar completamente com os sentimentos e motivos que o orientaram. e, da mesma forma, aprovamos ou desaprovamos a nossa própria conduta, de acordo com a nossa sensação, quando nos colocamos na situação de outro homem, e vê-lo, por assim dizer, com os olhos e a partir de sua estação, nós podemos ou não podemos entrar inteiramente e simpatizar com os sentimentos e motivos que a influenciaram. Nunca podemos examinar nossos próprios sentimentos e motivos, nunca podemos formular qualquer julgamento sobre eles; A menos que nos separemos, por assim dizer, da nossa estação natural e nos esforçamos para vê-los a uma certa distância de nós (SMITH, 2002, p.139).

Neste ponto, Smith reconhece a necessidade de um senso de moderação, equilibrador, capaz de imputar limites em atos considerados socialmente inadequados por determinada coletividade. Assim, a existência de uma instituição, cuja finalidade fosse a instauração da justiça, seria algo extremamente apropriado. Sua credulidade na beneficência humana, caracterizada pelo desprovimento de expectativas recompensadoras, apoiava Smith na certeza de que tal faceta da natureza do homem, jamais poderia ser institucionalizada, sob pena de perder toda sua pureza, árida de segundas intenções a partir de uma gentileza demandada, pois seguramente, sua finalidade precípua seria corrompida e desviada para outros fins.

Portanto, fica bem definida a contradição entre a compreensão do estado hobbesiano de viés repressor ao idealizado por Smith, livre, mas justo, resguardando a sociedade da manipulação nociva oriunda de seus próprios componentes individuais. O fato é que a humanidade se desenvolveu sob um turbilhão de contradições e ao aventar-se o egoísmo e conjecturar-se em como tal sentimento ajuda a conduzir a sociedade é uma eterna dicotomia, ainda que Smith acreditasse que o intento individual sempre tenderia a promover sua coletividade.

Para Heilbroner (1988, p.15) “essa série de doações e recebimentos é parte integrante da espécie humana tanto quanto sua bagagem genética, e de muito maior importância na modelação individual e coletiva de seu comportamento”.

Aventar os pensamentos de Thomas Hobbes do século XVII e Adam Smith do século XVIII foi somente na intenção de demonstrar como a natureza humana assume concepções destoantes, mas ao mesmo tempo fascinantes para pensarmos o homem enquanto indivíduo e ser social.

Ainda assim, um indivíduo, de qualquer tempo, pela condição mais saudável, próspera e poderosa que possa ostentar, jamais poderá gozar de sua liberdade plena, ao viver num planeta onde os recursos naturais, alguns fundamentais para sua existência, têm a sua finitude decretada.

Portanto, pensar a humanidade ao longo de sua história, é pensar no homem e seu potencial cognitivo e sua capacidade de relacionar-se com a natureza e seu semelhante. A análise da evolução dessa relação ao longo da história humana denota como o desenvolvimento científico e tecnológico representou não só mudanças positivas em termos sociais e econômicos, mas, também contribuiu para o aniquilamento de vidas em todos os reinos da natureza.

É difícil não intuir que o avanço tecnológico na industrialização, ainda que tivesse o proletariado no controle, conseqüentemente não redundasse na questão da produção em larga escala, consumindo os recursos naturais da terra, reduzindo sistematicamente a necessidade da força de trabalho humana, gerando um gigantesco número de pessoas ociosas sem condições de contribuir para a manutenção de sua própria renda, e, portanto, na dependência do Estado. Ou seja, uma potencial contingência em detrimento do sistema econômico que estivesse sendo reproduzido. A provável realidade é que ao aproximar-se da plena escassez dos recursos globais, a natureza humana iria se encarregar de promover as mesmas desigualdades observadas atualmente.

De acordo com as linhas supracitadas, o homem em sua forma primitiva de viver, cuja subsistência viria da coleta, da pesca e da caça, demorou centenas de milênios até desenvolver outra forma em suas relações de produção. Esse desencadeamento de processos teve início, segundo a história, com o modo de produção escravista, caracterizado pela dominação e sujeição. Ou seja, a imposição do homem frente ao seu semelhante é uma percepção ontológica de sua própria essência, onde, historicamente, mesmo “evoluindo” da escravidão para a servidão, observada no modo de produção feudal e, posteriormente com a transição do feudalismo para o capitalismo, essa submissão do homem ao semelhante dotado de mais poder nunca deixou de existir.

Assim, é muito razoável imaginar-se que até agora a existência humana pode ser caracterizada por um turbilhão de acontecimentos pautados por conflitos de interesses onde sempre prevaleceu os desejos de somente um dos extremos, ou seja, existe uma possibilidade muito robusta, de que, resida na essência humana o ímpeto pela dominação.

Portanto, seria interessante considerar o modo de produção capitalista, como uma entidade metafísica do ponto de vista ontológico do ser, o qual assemelha-se nas relações observadas em modos de produção passados, contextualizados por disputas e pela repressão, ou seja, o capitalismo seria uma consequência da própria natureza humana e que, portanto, a transformação para uma outra realidade, reside no conhecimento que todos devem ter de si e de suas relações, afim de contribuir, ainda que gradualmente, para um desenvolvimento pautado no equilíbrio entre economia, sociedade e natureza.

A conexão entre o pensamento supracitado e a construção deste trabalho, converge justamente com a proposta em suscitar, a partir do próprio discurso do *mainstream*, algumas teorias que avertam a possibilidade de um pensamento que dialogue em torno do equilíbrio nas relações sociais, econômicas e ambientais do planeta.

O ponto de partida é a observação da relação do capital transnacional dentro do território brasileiro com uma sociedade local, que em meio a promessas de “desenvolvimento”, passa a dividir seu espaço. Apesar das expectativas frustradas do que poderia se esperar, renovam-se as esperanças em atividades com o potencial transformador de promover melhorias sociais, econômicas e ambientais, a partir de uma perspectiva microeconômica, quando as grandes corporações transnacionais são influenciadas a transcender em seu pensamento de maximização do lucro e readéquam seu discurso, alinhando-se às questões sociais e ambientais, abarcando a sociedade local que assimila todos os impactos em função de sua atividade, considerando-a como parte interessada na realização de seus processos, inserindo-a na equação das consequências proporcionadas pela natureza do seu negócio.

No caso deste trabalho, são observações com o foco na realidade amazônica, aventando como exemplo o estado do Pará, mais precisamente no município de Barcarena, onde está instalada a maior refinaria de alumina do ocidente, a Hydro, de capital totalmente transnacional, um arquétipo clássico de um oligopólio capitalista operando dentro da periferia econômica global.

O capitalismo enquanto pensamento predominante e o embate ideológico no interior da periferia global

Na obra “A natureza e a lógica do Capitalismo” de Robert Heilbroner, pode-se observar e dizer sucintamente que a característica de determinado modo de produção advém fundamentalmente do momento histórico das sociedades, em seus referidos contextos políticos, econômicos e culturais, conduzidas por suas correspondentes instituições, na maioria das vezes, em meio a relações tensas, a partir de interesses antagônicos, geralmente representados por dois grupos sociais extremamente distintos, onde um é subjugado pelo outro.

Tanta tensão, durante a evolução do tempo, acaba por romper com preceitos das instituições vigentes, surgindo deste modo, outros paradigmas sociais, políticos e econômicos. Esses processos são caracterizados por mudanças que modificam as aspirações do homem em busca do seu desenvolvimento. O sentido do termo riqueza por exemplo, tomando-a por definição a ideia que povoava o pensamento dos indivíduos das sociedades consideradas pré-capitalistas, resumia-se num desejo considerado supérfluo, que era o de possuir algo para ostentação, que externasse prosperidade ou a própria opulência religiosa para manutenção de seu poder.

Com o advento do capitalismo, Heilbroner (1988) aponta a ocorrência de um ponto de ruptura que distingue claramente uma nova compreensão a respeito do que viria a ser a ideia de riqueza e, portanto, a consequência de um novo contexto institucional. Riqueza passa a transcender as necessidade por pura ostentação ou para a manutenção de exércitos conquistadores (o que mais se aproximava de um ideal capitalista) e passa a ser uma condição inatingível, uma vez que esta, nunca satisfaz aquele que a cobiça.

O homem passa a ter a necessidade voraz em acumular capital para produzir mais riquezas, diferindo-o profundamente dos seus antecessores, contemporâneos de outras lógicas sociais, econômicas e culturais. Portanto, adotando o pensamento de Heilbroner (1988), o capitalismo fundamenta-se numa lógica do acúmulo incessante de riqueza. Claramente tal consideração deriva do pensamento marxiano, onde a riqueza (o dinheiro) é usada para a aquisição de novos insumos e bens de produção para que estes, retornem em forma de dinheiro num processo com investimentos cíclicos e ininterruptos.

Observando-se a dinâmica do capital aventada por Marx, explica-se o desdobramento desse sistema, culminando com os gigantescos impérios empresariais dos dias atuais que atravessaram os oceanos no intuito em dar continuidade a um processo caracterizado por um apetite voraz em se obter recursos e facilidades para a obtenção cada vez maior de lucro.

Para Heilbroner (1988, p. 103):

... temos nos esforçado para enfatizar uma consideração primordial. A de que a formação social do capitalismo, como a de todas as outras sociedades, com exceção apenas da sociedade primitiva, são no fundo um sistema de dominação de classe e de consentimento de massas. [...] na qual o impulso para o poder e a dominação acaba sublimando-se no desejo de acumular capital, ...

Na discussão em torno da natureza humana, imaginando quais seriam os anseios peculiares ao homem que motivariam todos os seus esforços de sobrevivência ao longo dos tempos, muito provavelmente existam conexões causais, capazes de ampliar a percepção que se tem a respeito desse comportamento nos dias atuais, ou seja, uma compreensão das ações em torno das relações existentes nas sociedades do mundo contemporâneo que auxilie na tarefa de se desenvolver formas de convivência mais pacíficas e democráticas em relação ao direito à vida.

No mais prolapado debate das ideias, melhor dizendo, o embate entre o pensamento capitalista e o socialista, este segundo, iniciado ao final do século XVIII com o socialismo utópico, que se desdobrara no socialismo científico marxiano, talvez seja interessante considerar que tal discussão ideológica seja ineficaz para os propósitos de uma sociedade que não faça parte do rol das nações desenvolvidas economicamente falando. Seja pelos simpatizantes ao neoliberalismo que compõe o *mainstream*, representando a ideologia capitalista dominante e sua aparente negligência em relação aos graves problemas de ordem econômica, social e ambiental, ou seja por aqueles que abominam este pensamento ideológico dominante e acreditam que o modo de produção capitalista é um processo extremamente nocivo, sobretudo do ponto de vista social e ambiental e que, portanto, deve ser radicalmente extinto.

Certo ou errado, em detrimento a ideologia, o fato é que, num contexto global, de forma inconsciente, os posicionamentos idealistas para aqueles que já estão no topo

do poder ou mesmo para os antagonistas, que almejam e acreditam fazer diferença quando assumirem esta condição, observa-se ao longo da história que tais aspirações por mais verdadeiras e nobres que realmente possam ser, em algum momento, tais valores deixam de ser prioritários e tornam-se uma questão secundária. Pois tudo ao final, parece resumir-se somente em um atributo da consciência humana, que é a busca pelo poder e a sua manutenção.

A percepção que se tem, é que uma vez se detendo o poder, qualquer idealismo por mais justo e humanitário que se apresente, tenderá a ser imediatamente substituído pela preocupação com perpetuação de sua ideologia dominante. Nesse processo, é natural que o discurso inicial silenciara em função de arranjos políticos e econômicos que ao final destoam completamente da essência das ideias fundamentadas nos interesses sociais. Ou seja, as consequências do exercício do poder, na atual ou numa nova ordem mundial, tendem a ser sempre as mesmas, pois o risco das decisões parciais sempre existirá e sempre beneficiará os grupos que estarão no “topo da pirâmide”.

Afinal não somos nós todos humanos? Diante de uma necessidade nacional, a empatia coletiva de uma determinada sociedade avançada não seria uma justificativa humana plausível para o domínio de povos menos desenvolvidos, em detrimento a qualquer modo de produção vigente? Em resposta ao questionamento supracitado, é forte a probabilidade do sim.

No meio jurídico, ao pautar-se as condições ideais para o cometimento de uma violência no seio de uma sociedade, Fortes e Tasca (2014), fundamentando-se na teoria da oportunidade e na teoria das atividades rotineiras, entendem a existência necessária de um motivo, de uma técnica e de uma oportunidade, como elementos cruciais para a contextualização de um crime.

Aventar pensamentos do mundo jurídico sugere uma iniciativa totalmente desconexa com o teor deste estudo. Porém, a construção desta ideia não remete às relações entre indivíduos de uma sociedade, mas sim entre nações que sejam desenvolvidas e outras periféricas (pouco desenvolvidas do ponto de vista econômico), no sentido de que, uma nação desenvolvida terá sempre um motivo, disporá de todas as técnicas possíveis para suas ações de dominação em função das oportunidades mais do que convenientes para subjugar as nações periféricas, sujeitas a perpetuação da exploração econômica, humana e ambiental até o último resquício de seus recursos naturais.

É alta a probabilidade de que “crimes” desta magnitude, largamente praticados contra as nações fragilizadas do ponto de vista político, econômico e social global, nunca cessarem, em detrimento ao direcionamento ideológico do ordenamento mundial. Existe uma linha de tendência histórica de que as necessidades coletivas de uma sociedade dominante é que ditarão o nível das relações globais, onde o lado mais fraco sempre será suprimido.

Em países como o Brasil, considerado periférico do ponto de vista da economia global, contextualiza-se uma discussão ideológica cuja polaridade só tende a procrastinar as chances de uma transformação na consciência dos indivíduos enquanto sociedade brasileira, o que em última instância representa a perda de mais uma das escassas oportunidades de tornar-se uma Nação mais justa e igualitária.

No mundo globalizado, as nações interagem diferentemente conforme seus patamares de riqueza e poder. Lamentavelmente neste parâmetro, ostentamos a condição de um Estado em desenvolvimento, economicamente periférico globalmente falando, que em sua gigantesca extensão territorial, reproduz a mesma ideia de marginalização que se intensifica, quanto mais se aproxima do extremo norte do País.

Ao perceber tamanha fragilidade do ponto de vista político e macroeconômico, observada por uma aparente submissão, característica na relação nociva e desigual com os chamados países do Norte Global (nações superdesenvolvidas economicamente), é natural que sentimentos como frustração, indignação e até mesmo revolta, permeiem a consciência de parte de uma sociedade como a amazônica, que se vê obrigada a conviver com o saque sistemático de suas riquezas minerais, com extermínio cultural de sua ancestralidade, com a constante degradação de sua biodiversidade e a crescente miséria de seu povo.

Na diversidade das sociedades que compõe a realidade amazônica, convivem também indivíduos massificados pelo “*American way of life*”, compondo uma sociedade do consumo que acredita viver em sua plenitude de liberdade e justiça, num Estado Democrático de Direito, que condiciona a ideia de desenvolvimento a quantidade de indústrias e de serviços que um País possua, refletido na “magnitude” do seu Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Mais grave ainda é o fato de também existirem amazônicas, que são pessoas esclarecidas quanto a viver num espaço considerado a periferia da periferia global, e ainda assim ignorarem o que isso representa em função de seus interesses particulares por terem alcançado um

patamar socioeconômico que os desconecta da realidade enfrentada pela maior parte sua população regional.

Num contexto no qual se observa uma sociedade tão diversificada e tão distante do centro decisório global, é importante suscitar que uma reflexão em torno do embate ideológico como sendo o único ou o melhor remédio como solução para as questões sociais, econômicas e ambientais locais, seja o ideal. Deve-se acreditar na existência de uma possibilidade, onde esforços podem ser reunidos em torno de um consenso local, dentro de um raio de ação efetivo que não seja somente no campo das ideias de revolta e insatisfação.

Somente reclamar pelos direitos e patrimônios naturais usurpados ao longo de séculos, considerando tal atitude como uma via eficiente para a resolução de conflitos históricos assumindo posturas beligerantes sem apresentar ações pragmáticas, não redundará em nenhum desfecho eficaz. Uma iniciativa endógena, palpável, ancorada no diálogo e aplicada dentro das limitações dos interesses de cada ator local, pode ser o caminho para a transformação de um contexto socioeconômico pouco favorável para uma realidade mais aproximada de uma sociedade menos desigual. Faz-se necessário portanto, encontrar um padrão comportamental, com potencialidade de sugerir um nexos causal das ações do homem em seu contexto histórico, que auxilie na compreensão de sua relação com o próximo e o meio em que vive, promovendo um conhecimento mais aprofundado da essência humana.

Na relação capital transnacional-governo municipal-sociedade local, o diálogo em torno de uma convivência minimamente sustentável, perpassa pela disposição das partes envolvidas compreenderem que as necessidades dos indivíduos da região são idênticas a de qualquer homem ou mulher, seja a parte do globo que habite. Portanto, privando o indivíduo que vive na periferia do mundo global de seu direito à água, ao ar puro e à terra, é somente uma questão de tempo, para que todos no planeta sejam submetidos às mesmas privações.

Assim, o aprimoramento das relações entre a coletividade local, sua representatividade e as forças do capital externo que atuam naquele lugar, tendem a promover esperança para as gerações futuras, locais e globais, sem ter que aguardar por uma revolução em torno de um novo modo de produção que fosse considerado o ideal para a humanidade.

O capital transnacional em essência

Marx (2017), em alusão à determinada passagem bíblica, sugere que a gênese do capitalismo se inicia com a ideia de acumulação primitiva e que o pecado original econômico aconteceu muito antes da consolidação deste referido modo de produção. Marx externara a sua concepção das relações humanas, em um contexto que uma parcela de indivíduos parcimoniosos, prevalecendo-se das despreocupações materiais de parte de seus semelhantes, beneficiaram-se, quando estes, de forma “relapsa”, desfizeram-se de seus bens ao ponto de nada mais possuir. Ao final, viram-se obrigados a vender sua força de trabalho por muito pouco para sobreviver, num processo que se reproduz até os dias atuais, aludindo-o ao contexto bíblico do pecado capital praticado por Adão, que ao morder a maçã, deu início a todas as expiações vivenciadas na terra pela maioria dos homens.

Até este ponto, falou-se do homem, de sua natureza e como este desenvolveu ao longo de sua história um sistema econômico que perdura até nossa contemporaneidade, denominado de modo de produção capitalista.

Ilustrando o pensamento a partir das linhas supracitadas, nas palavras de Dobb (1983, p. 6):

... o homem pré-capitalista era um “homem natural” que concebia a atividade econômica como um simples provisãoamento de suas necessidades naturais; [...]. Ao contrário o capitalista, “desarraigando o homem natural”, com sua “visão primitiva e natural” e “revirando todos os valores da vida”, vê na acumulação do capital o motivo dominante da atividade econômica; ...

No livro, “Teoria do Desenvolvimento Capitalista,” Paul Sweezy relata como o capital evoluiu até chegar em sua forma monopolista. Nesta obra, sucintamente, pode-se dizer que o capital, dentro de uma concepção marxiana, a partir do seu processo de **acumulação**, no intuito de investir em mais meios de produção e força de trabalho, desenvolve-se até a sua **concentração** que consistiria na potencialização dos meios de produção, redundando num aumento de produtividade das unidades fabris que cada vez mais demandam inovações tecnológicas em busca de sua afirmação e sobrevivência num mercado a cada dia mais competitivo.

Ainda na mesma concepção marxiana, em função das limitações de alguns investimentos com menos robustez, inicia-se um processo em que as unidades capitalistas de maior porte começam a adquirir as menores, transformando o contexto,

que até então apresentava uma concentração de variadas unidades de produção, em diversos graus de evolução, num seleto grupo de gigantescas corporações. Assim, o movimento do capital evolui de um cenário de concentração de pequenos e médios capitais para uma **centralização** de grandes capitais.

As causas que levaram a esse movimento foram: o acúmulo de capital, depois a concentração e por último a centralização dos capitais, tendo esta última se iniciado com a transição da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo, onde capitais maiores absorvem os menores e provocam o advento e fortalecimento do sistema de crédito (bancos, investidores, mercado de títulos, ...), proporcionando uma estrutura de capital onde o mesmo se constitui de forma não “traumática”, por meio das sociedades de ações até culminar com a existência de somente um grupo empresarial por nicho econômico. Assim, para Sweezy (1976, p. 291-292):

A consequência geral da difusão da forma de sociedade anônima pode ser resumida assim: a intensificação do processo de centralização juntamente com a aceleração da acumulação em geral, de um lado; do outro, a formação de uma camada superior relativamente pequena de grandes capitalistas cujo controle se estende muito além dos limites de sua propriedade.

O processo supracitado justifica a presença de grandes grupos transnacionais em nações consideradas áreas periféricas do ponto de vista econômico mundial, usufruindo estrategicamente das vantagens territoriais desses países onde estão instaladas plantas industriais, muitas vezes execradas em suas sociedades, face sua agressiva e devastadora relação que submete a natureza e transforma o meio ambiente. Assim, distante de seus países de origem, encontram matéria prima em abundância, mão de obra farta, incentivos fiscais atraentes e espaços físicos superdimensionados “capazes” de assimilar transformações que destoam do discurso do preservacionismo mundial, com narrativas de promoção da sustentabilidade, termo que vem sendo empregado num contexto dicotômico, aceito sem questionamentos e cuja essência, vias de regra, corrobora com um processo insano que depende de recursos cada vez mais escassos e finitos para prosperar.

Todo o trajeto desenvolvido até aqui, nessa linha de raciocínio das ideias supracitadas, conduz a se crer que o sistema capitalista é um processo em que suas relações de produção causam sérios transtornos a maior parte do contingente humano global, assim como graves danos a natureza e o esgotamento dos recursos naturais do planeta. Porém, ao observar-se de forma mais atenta, o que parece até mesmo

óbvio de se dizer, é que esse contexto atual da humanidade é somente mais um capítulo de sua história, caracterizada por uma relação de poder e dominação. Portanto, reduzir toda essa adversidade vivenciada a questões puramente ideológicas é negar que a causa dessas aflições sociais, perpassa pela essência da natureza humana e que a transformação tão almejada não reside numa revolução armada da classe dominada, promovendo somente mais dor e sofrimento, mas sim numa discussão pautada em torno da transcendência da consciência humana, num processo de coadunação de suas relações desgastadas em anos de tragicidade e negligência com a vida de seu semelhante.

Portanto, a essência deste trabalho, reside nos fundamentos da Teoria Integral, que busca o conhecimento de todas as partes envolvidas de um complexo sistema interdisciplinar com a finalidade de equilibrar suas diferentes demandas. Um posicionamento integralista reúne o “nós” e o “eles” de forma agregadora. Assim, discorrer em torno da relação que deve-se propor no contexto de uma refinaria de alumina norueguesa em solo amazônico especificamente no estado do Pará, não significa celebrá-la enquanto fenômeno do movimento do capital, mas sim, sem o detrimento de todas as variáveis envolvidas em seu processo, sejam endógenas ou exógenas, tentar remediar de forma racional ao máximo as consequências danosas desde sua implantação até as agressões a natureza local por seu processo fabril.

1.2 SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Alguns pensamentos clássicos do desenvolvimento econômico

Após a Segunda Guerra Mundial, a ideia do velho colonialismo já não servia aos propósitos do capitalismo, que precisava de novos mercados consumidores para florescer. Assim, uma nova estrutura política fundamentada na retórica mercadológica internacional viria a prevalecer, sugerindo o crescimento de nações periféricas do ponto de vista econômico, ignorando seu grau de maturidade tecnológica. Deste modo, surgem pensamentos que inicialmente se alinham com a proposta de uma “receita genérica” para a promoção do desenvolvimento, como na visão rostowiana, que no segundo capítulo de sua obra, “As etapas do desenvolvimento econômico”, enquadra qualquer sociedade do mundo em somente cinco categorias econômicas, e que, segundo Rostow (1961), o processo do “desenvolvimento” poderia ocorrer em

países mesmo com o níveis econômicos mais “primitivos”, as denominadas sociedades tradicionais, desde que houvessem transformações políticas, sociais e até mesmo de seus valores.

Por outro lado, existem autores que não veem no pensamento modernista, que ignora a condição de subdesenvolvimento e ao mesmo tempo que acredita na industrialização, como um processo natural e comum a todos que a almejam, como um caminho atingível ao propalado desenvolvimento do ponto de vista do capitalismo. São ideias que se vinculam ao pensamento neoclássico que debruçam-se sobre as questões que residem na periferia do modo de produção vigente e sustentam-se em boa medida nos pensamentos keynesiano e schumpeteriano, onde o primeiro sugere o protagonismo do Estado, agindo eficazmente quando houver necessidade como um catalizador econômico de sua sociedade, e o segundo, atrelando o progresso à tecnologia e à potencialidade de inovação como agentes primordiais para o desenvolvimento capitalista.

Importante destacar que mesmo nos pensadores que trouxeram à baila a questão da condição do subdesenvolvimento, observa-se nitidamente a continuidade de suas percepções em torno do caminho a ser trilhado. Ou seja, a discussão ganha em número de vozes e pensamentos, mas permanece estática quanto a ideia de desenvolvimento, que ainda residia somente na industrialização.

O economista francês, François Perroux, reconhece que o simples movimento impulsionado pelas forças do mercado, não assegura um fluxo econômico satisfatório em comum. Em seu “Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento, datado de 1981, Perroux (1987, p. 290) entende que “as nações são desiguais quanto à população, aos recursos, às riquezas, ao nível de desenvolvimento e sobretudo, suas fronteiras são atravessadas pelos espaços de influência e de dominância das superpotências.

François Perroux, em meados da década de 50 do século passado, desenvolveu seu pensamento de crescimento de uma nação a partir da evolução de seu Produto Interno Bruto (PIB). Logo, entende-se que sua teoria dos polos de crescimento seria efetiva somente em contextos favoráveis ao crescimento econômico, quando fossem estabelecidas a partir de políticas de estímulos à capacidade produtiva, propiciando o progresso técnico e em tese humano, contextualizando uma relação de cooperação entre as assimetrias espaço-econômicas (que difere da noção de espaços territoriais)

de uma nação, e que somente então, redundaria num “desenvolvimento” contínuo e duradouro.

Perroux, portanto, corrobora com a tese de Kuznets (1974), um economista bielorrusso, também considerado um dos precursores da teoria do desenvolvimento, no sentido de reforçar o pensamento que atribuía a elevação do conhecimento humano como necessária para o progresso e que a característica precípua de uma economia moderna reside no uso da ciência para as questões relativas à produção.

No contexto supracitado, suscita-se uma questão por William Arthur Lewis (1915-1991), natural de Santa Lucia, uma ilha do Caribe colonizada pela Inglaterra e reconhecida independente a partir de 1978, e que foi o primeiro negro a ser premiado com o Nobel de Economia no ano de 1979. Em Lewis (1974, p. 459), depara-se com a seguinte indagação: “O desenvolvimento econômico é desejável?”. Lewis, em sua teoria do desenvolvimento econômico, atentava para o preço a ser pago por esta “conquista” que depende em grande medida do avanço tecnológico, característica esta, muito aquém das nações pouco desenvolvidas, obrigando-as, portanto, a trilhar um caminho dispendioso até chegarem a uma condição de “nação desenvolvida”.

A visão de uma postura nacionalista das nações subdesenvolvidas, como forma de libertação da dominação dos países ricos, é aventada em Myrdal (1962), na qual as nações sobrepujadas devem extrapolar suas posturas de racionalidade e romperem com as velhas relações colonialistas, expropriando os patrimônios estrangeiros que exploram suas riquezas naturais, por entender que tais iniciativas estrangeiras já foram devidamente ressarcidas.

O confronto, portanto, seria inevitável, assim como a insatisfação e o conseqüente revanchismo desses países ricos, que prosseguem confortáveis num tipo de relação que reitera e explica a sua teoria da causação circular cumulativa. Myrdal (1967), talvez no intuito de contornar esses eventuais atritos, apresenta uma sugestão de integração econômica global, que esteja dissociada de interesses políticos e militares, como solução plausível para diminuir o colossal abismo entre os países subdesenvolvidos e as grandes potências econômicas do ocidente.

Observa-se no conjunto dos pensamentos supracitados, uma evolução nas diferentes compreensões em se alcançar o desenvolvimento sobretudo nas nações onde o conhecimento e a tecnologia não afloraram, levando a questão do desenvolvimentista a um outro patamar de discussão, que viria a se intensificar algum tempo mais tarde, em torno da relação entre as nações do “Sul Global” e os países

economicamente desenvolvidos, considerando tanto as questões sociais quanto as ambientais, no sentido pejorativo, apontando que essas relações promovidas no modo de produção capitalista como um processo segregador, face ao enorme abismo social que apresentado e devastador, considerando o uso desenfreado dos recursos naturais e escassos do planeta.

Hirschman e os Efeitos de Encadeamento para Trás e para Frente

O uso do conceito dos Efeitos de Encadeamento para Trás de Albert Hirschman para este trabalho, não se apresenta como um fundamento do estudo da economia do desenvolvimento, no sentido de aplicar a importância deste pensamento para os dias atuais. Ele surge sim, como um elemento enriquecedor à nível de conhecimento, aventando-o como uma ilustração de uma percepção dos negócios que surgiram em função do processo produtivo da cadeia do alumínio em Barcarena.

Na mesma linha de pensamento de seus pares contemporâneos, segundo a obra de Cardoso (2018), o economista alemão, Albert Otto Hirschman, teria elencado com repúdio dois tipos de postura que considerava danosa nas relações entre nações periféricas e de centro. A primeira dizia respeito à supracitada compreensão de modelo genérico desenvolvimentista propalado pelos pensadores dos países considerados desenvolvidos e suas políticas econômicas de “via única”. A outra postura se traduzia no comportamento das nações subdesenvolvidas, sobretudo da América Latina, que insistiam em submeter-se a esse tipo de relação.

Em sua obra, *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*, concebida 1958, Hirschman entende que o desenvolvimento não se dá de forma equilibrada conforme algumas correntes de pensamento reverberavam. Ou seja, o fato de um conjunto de investimentos se instalarem em uma determinada área, não significaria dizer que deliberadamente o desenvolvimento naturalmente iria ocorrer. A questão da ideia hirschmaniana de capacidade completiva, muitas vezes possibilitada unicamente pelo Estado, revela as “pesadas” demandas que um investimento tem até o início de seu funcionamento, demonstrando que somente mais tarde, ele seria capaz de proporcionar o que Hirschman denominava de investimento induzido, que em tese, viabilizariam o desenvolvimento de uma economia subdesenvolvida, como no caso do projeto de refino da bauxita e na produção do alumínio primário no município de Barcarena, onde concessões especiais de fornecimento de estrutura e energia elétrica

foram necessárias na tentativa de satisfazer as expectativas da criação de outros negócios na região iniciada com a cadeia produtiva do alumínio.

Em Hirschman, continua-se a crença no processo de industrialização para se atingir o crescimento das nações subdesenvolvidas, daí conforme anunciado supracitadamente, um de seus conceitos é utilizado para ilustrar a análise do objeto desta pesquisa, que é o de efeitos de encadeamentos para frente e para trás. Tem-se em Hirschman (1961, p.112) que:

(...) a capacidade completiva significa que a produção acrescida de A pressionará o aumento da oferta disponível de B. Se B é um serviço ou um bem de produção privado, tal pressão levará a importação ou maior produção interna de B, porque os negociantes ou produtores de B estarão interessados em corresponder a pressão.

Trata-se da ideia de que a imputação de um dado grande investimento em um determinado segmento de mercado, tenderá a proporcionar outros investimentos, no intuito de fomentar em termos de bens de produção e serviços os processos daquele grande investimento inicialmente citado. Assim também como o surgimento de empreendimentos que tendem a consumir os produtos oriundos daquele grande investimento. A esses empreendimentos, conforme o pensamento hirschmaniano, são considerados e denominados como Efeitos de Encadeamento para Frente.

Quanto aos primeiros investimentos elencados, cuja natureza de negócio revela-se na produção de bens de produção e na prestação de serviços direcionados ao grande investimento principal, Hirschman os considera com os Efeitos de Encadeamento para Trás.

É nesse sentido mais especificamente, que se apresenta este estudo, na abordagem em torno desses Efeitos de Encadeamentos para Trás, porém não na criação de negócios com capacidade em fabricar bens de produção, mas sim em investimentos do setor terciário caracterizados pela oferta da prestação de serviços que possam suprir as demandas de uma determinada unidade fabril motriz, agregando-a, portanto, como um componente catalizador da economia de um lugar no qual esteja em operação.

Das conseqüências enquanto negócios observados que surgiram em função da existência de uma refinaria de alumina como exemplo, diz respeito a serviços, cuja natureza, atuam em função das questões sociais e ambientais. Ou seja, seriam as

iniciativas privadas prestadoras de serviços, que surgem em função das demandas dos processos da fábrica, que para efeito ilustrativo, aventa-se o citado conceito hirschmaniano, enquadrando essas empresas como efeitos de encadeamento para trás do processo de desenvolvimento da região, cuja natureza é monitorar e resguardar a saúde das pessoas envolvidas durante o processo, assim como o do meio ambiente.

Portanto, essa percepção não sugere que esses elementos ao compor a economia local, são determinantes e suficientes para resolverem as demandas coletivas do lugar em sua plenitude, mas sim, somente como atividades que contribuem na medida do possível, com o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região

No caso do objeto deste estudo, são os negócios oriundos das prestações de serviços cuja atividades tratam da saúde e segurança do trabalhador, da conservação da natureza e do meio ambiente, que apresentam a essência da Teoria dos *Stakeholders* conhecida no início dos anos 80 do século XX.

Pensamentos em torno da dependência entre nações

Das relações entre nações periféricas do ponto de vista econômico e Estados superdesenvolvidos do Norte Global, existem várias compreensões que destoam em todos os sentidos, sobretudo na questão da impossibilidade de desenvolvimento mútuo, uma vez que os países ricos e poderosos só tendem a se aproveitar daqueles menos favorecidos, corroborando mais ainda para o seu empobrecimento, criando uma relação de dependência nociva, que deve ser evitada.

Mais uma vez, o fato de apresentar-se teorias tão conflitantes com relação ao tema supracitado, se dá, na intenção de em primeiro lugar, promover o conhecimento da existência dessas diversas correntes. Em segundo lugar, a partir desse conhecimento, deve-se começar a pensar nas ações que se possam tomar, dentro da realidade experimentada, no sentido de contornar tais dificuldades.

A teoria da modernização, pode ser facilmente compreendida a partir da ideia de progresso aventada por Furtado(1980), que remete-se ao tripé conceitual de: racionalidade, acumulação de riqueza e europeização como forma superior de civilização onde a ação do homem é um produto, segundo o pensamento weberiano, da racionalidade formal ou instrumentada capaz por desenvolver a “técnica”, permitindo a derivação de construções estruturais como a divisão do trabalho, a

“cooperação”, a ampliação de sua capacidade produtiva, a diversificação de seus produtos e sua forma de consumir.

Tais conceitos amparam-se na mão invisível de Adam Smith e na teoria das vantagens comparativas ricardiana. Em suma, a indústria perenemente revitalizada por inovações tecnológicas ou de processos e racionalidade, seria a responsável pelo acúmulo de capital e elevação da renda “necessária” para o bem-estar, reproduzindo a sociedade capitalista moderna, conceito oriundo do continente europeu e poderia ser replicável a qualquer nação.

Entretanto, em contraposição, a teoria da dependência passa a abordar a questão da relação assimétrica entre os países ditos de periferia e as nações consideradas de centro, ou do norte global. Em meados do século XX, surge a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) que tinha a missão de detectar as peculiaridades da estrutura socioeconômica dos países de periferia latino-americana.

Raul Prebisch, o maior expoente da América Latina em torno das questões do desenvolvimento nos países do Sul Global, demonstrou que, ao contrário do postulado pela teoria clássica das vantagens comparativas, as transações comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos acentuavam as diferenças econômicas entre eles (MANTEGA, 1984).

Já para Cardoso e Faletto (1970), o conceito de desenvolvimento é em última análise um processo social, e, portanto, classificar as nações somente de tradicionais ou modernas seria uma atitude muito simplista. Neles o conceito de economias periféricas e centrais remete a noções de desigualdade de posições e de funções dentro de uma estrutura de produção global, não devendo-se atribuir-lhes os conceitos de economias autônomas ou dependentes.

Portanto a noção de subdesenvolvimento residiria na capacidade maior ou menor de produzir uma determinada economia onde cada uma desempenha distintos papéis num sistema interligado mundialmente. Ainda em Cardoso e Faletto (1970) a noção de dependência, portanto, refere-se à condição de existência e funcionamento dos sistemas econômico e político das nações autônomas.

Assim cada forma histórica de dependência denota uma determinada estrutura de classes com dinâmica própria e, portanto, romper com o que denomina “pacto colonial”, seria uma maneira de uma economia periférica tornar-se independente dentro do mercado internacional.

Barquero (2001), avança que para alguns teóricos neomarxistas da dependência mais radicais, tal processo era impossível de se materializar. Entre eles, pode-se citar conforme visto em Wasserman (2017): André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos nas questões suscitadas em meados do século passado na então recém-criada Universidade de Brasília (UnB), onde somente a ruptura total dessa relação de dependência, seria a solução para a possibilidade de um desenvolvimento mais a feição das demandas locais.

1.3 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No infinitivo, sustentar que dizer prover, assegurar a existência de algo. Desta maneira, remetendo-se o referido termo a um processo qualquer, pode-se afirmar, sem hesitar, que em uma perspectiva de autossuficiência, tal meio é sustentável, quando este independe de qualquer agente externo para garantir sua sobrevivência. O sistema ao qual o termo supracitado será contextualizado refere-se ao modo de produção capitalista, cuja evolução depende justamente dos recursos naturais da terra. Nele atrelou-se a palavra “ambiental”, gerando um nome composto tão sugestivo, que alguém árido de pensamentos inquiridores, apressa-se em aceitá-lo de forma axiomática.

Sustentabilidade ambiental, um tema abordado mais enfaticamente ao alvorecer dos anos 1970, criou animosidades que se estendem até aos dias atuais. Em 1968 surgiu o Clube de Roma, composto por expoentes de diferentes segmentos da comunidade internacional, que se propuseram em fazer um estudo confrontando o crescimento econômico e os recursos naturais cada vez mais escassos da terra.

A pesquisa redundou numa visão caótica de um futuro muito próximo nos registros de um relatório denominado “Os limites do crescimento”, obra escrita por Dennis Meadows e outros três pesquisadores. Neste trabalho, o avanço tecnológico e suas potenciais contribuições para a humanidade não foram consideradas, conservando somente os mesmos níveis de degradação do planeta, pois não viam na tecnologia poder em substituir os recursos naturais do planeta, até então, fomentadores do desenvolvimento econômico da sociedade e permitindo a manutenção deles.

Leia-se o questionamento em Meadows et al (1972, p.130): “Will new Technologies alter the tendency of the world system to grow and collapse?”.

Na década atual, para Fenzl (2009, p. 3): “é preciso construir uma ciência inovadora para a sociedade sustentável”, mas que tal necessidade, definitivamente, é algo extremamente complexo de se realizar, porém, atitudes que devem ser tomadas, sob pena de se presenciar o prelúdio de uma tragédia anunciada, um esboço escatológico insanamente ignorado que aponta para o início da extinção humana.

Interessante salientar que mais de meio século depois, o homem ainda somente contemple a mesma bifurcação aventada por Rachel Carson em sua celebre obra, Primavera Silenciosa, na qual, denota-se a armadilha criada pelo próprio homem, ao ignorar a sequela irreversível que espreita a humanidade, caso esta continue com as velhas práticas depredatórias do meio em que vive, e em vez disso, apreenda a viver equilibradamente, sem a compulsividade pelo consumo desenfreado, característica marcante de uma sociedade levada ao limiar da irracionalidade, escravizada por um pensamento cujo foco central é o do ter em detrimento do ser.

Assim, deve-se construir as bases para a materialização de uma comportamento ambiental com proposta de equilíbrio na produção e no consumo, confrontando o impetuoso pensamento neoliberal.

Hoje, observa-se a degradação dos recursos naturais do planeta em função do desenvolvimentismo contradizendo, inclusive, o princípio da escassez. Tal constatação, dá-se justamente por um princípio insano em se produzir cada vez mais para gerar cada vez mais lucros, ignorando-se a finitude dos recursos do planeta. Essa é a essência da economia tradicional neoclássica, a economia ortodoxa que confrontada ao pensamento da racionalidade ambiental, revela-se um processo nocivo que no contexto atual não se sustentará por muito mais tempo, e somente uma postura mais responsável, do homem com a natureza, viabilizará a vida no planeta. Esse é, portanto, o grande desafio da sociedade.

A proposta de uma economia ambiental, ecológica, surge neste contexto caótico como uma alternativa salvadora, inculcando um senso desenvolvimentista sustentável e propondo a viabilidade de uma substituição em relação a prática degradante da racionalidade econômica.

Enrique Leff, em sua obra Racionalidade Ambiental, numa crítica de origem naturalmente ecológica, aborda de forma preocupante o desenvolvimento econômico que redundará na transformação dos recursos naturais da terra, de seu estado de baixa entropia, por já se apresentarem inicialmente acomodados na natureza, em produtos cujo destino é somente a produção de uma montanha lixo, demandando um alto valor

entrópico, cuja perda de utilidade, exige elevado custo de absorção pela natureza, em sua destinação final, ameaçando o ambiente considerado imprescindível aos homens, clamando, diga-se assim, por um outro tipo de processo que pudesse desenvolver princípios de cunho moral, ecológico e culturais, capazes de viabilizar um contexto social equilibrado e focado no futuro, galgado em aspirações e valores de uma sociedade comprometida com a perpetuação de sua espécie .

A criação de métodos interdisciplinares para lidar com os chamados sistemas complexos mergulhados em questionamentos naturais e sociais, surge para que fomenta a construção de uma nova postura, considerando a questão ambiental, dando inclusive abertura para o diálogo das crenças e saberes não científicos, sugerindo novas concepções desenvolvimentistas a partir dos saberes ambientais.

O conceito de racionalidade ambiental passou a ser considerado a partir da necessidade de se inculcar nas sociedades o repúdio a cultura equivocada e danosa de desenvolvimentismo. Para Leff (2009), essa concepção contextual exige um novo aprendizado que permita uma compreensão humana ancorada em princípios que inspirem uma relação sustentável, por meio da interdisciplinaridade, onde a natureza não seja considerada como insumo nas estratégias desenvolvimentistas da humanidade e sim como elemento de importância ímpar para a vida do homem.

Ainda segundo Leff (2009), a adoção da racionalidade ambiental se dará somente quando as economias locais e regionais se coadunarem de forma a apresentarem suas peculiaridades, respeitando as diferenças socioeconômicas e ambientais globais, permitindo assim um desenvolvimentismo menos predatório.

Ao confrontar o pensamento modernista com a questão ambiental, tende-se a imaginar a segunda como a apresentação de uma utopia. Trata-se da dicotomia da busca do bem-estar, com a vontade humana do bem viver.

Enquanto o pensamento ortodoxo econômico mensura tudo a sua frente, a racionalidade ambiental respeita as limitações das variáveis contextualizadas nos processos produtivos, convergindo com os preceitos de sustentabilidade, denotando as contradições temáticas entre recessão e crescimento, ecologismo e desenvolvimento, fartamente experimentados, ao observar-se tanta degradação natural e desigualdade social.

Leff (2009), elenca a ética ambiental, não como instinto predominantemente ecológico, mas como a esperança de uma nova compreensão e razão para a vida.

1.4 PODE-SE DIZER DE UM POSICIONAMENTO PÓS-PÓS-MODERNISTA, OU DE UMA VISÃO INTEGRAL PARA UM NOVO NÍVEL DA CONSCIENCIA HUMANA

A construção heurística desta pesquisa é caracterizada pela apresentação de uma diversidade de concepções em torno de um mesmo tema. Ao suscitar variados pensamentos de diferentes autores com relação a ideia de desenvolvimento, das relações entre as nações periféricas com os países superdesenvolvidos do Norte Global, exige-se a disposição em “colocar-se à mesa”, todas as vantagens, assim como as perdas que tais instituições, indivíduos, suas sociedades e a própria natureza são submetidos durante este processo relacional.

Infelizmente, num contexto nacional, onde a polarização ideológica é soberana, não resta muito espaço para este tipo de abordagem, pois logo sugere-se uma falta de clareza deste comportamento, quanto ao posicionamento crítico em relação as questões abordadas.

Como apresentado anteriormente, este trabalho parte da abordagem em torno do desenvolvimento humano e que durante essa evolução o homem apresenta diferentes valores, necessidades, motivações, percepções morais, alternâncias de ego, relações sociais, conexões culturais e muitas outras características.

Segundo o pensador contemporâneo Ken Wilber, as duas últimas etapas do desenvolvimento humano, são denominadas de: etapa pluralista, marcada pelo pós-modernismo surgido na década de 60 do século XX e uma mais recente, chamada de etapa integral, que alcança um nível de consciência para além da percepção pós-modernista, transcendendo-a e assumindo aquilo que pode-se dizer de uma postura pós-pós-modernista.

Trata-se da Teoria Integral de AQAL (*All Quadrants, All Levels*), ou seja, todos os quadrantes, todos os níveis, explicitado em sua obra, *The Integral Vision*, de 2007, entendendo o pós-modernismo como uma reação ao pensamento modernista, até então, tido como a era da racionalidade, que outrora rompera com o misticismo, com a religiosidade e pela tradição ditada pela Bíblia como única detentora da verdade.

No processo de reação da citada etapa pós-modernista, segundo Wilber, o que observa-se, é um esforço no sentido de atacar o pensamento modernista determinando-o como uma construção cultural, opressor das mulheres, das minorias, destruidor da natureza e promotor da desigualdade mundial.

Assim, os pensadores pós-modernistas, definiram o mundo que se vive a partir de somente duas concepções.

Figura 1 – Características das duas concepções de estágio da consciência humana

Velho Paradigma	Novo Paradigma
Analítico Cartesiano Abstrato fragmentado masculino	Orgânico Holístico sistêmico inclusivo feminino

Fonte: Feito pelo do próprio autor

Esse momento de evolução da consciência humana marcada pelo pensamento pós-modernista, seria caracterizado pela pluralidade e relatividade, numa forma mais complexa de se entender a realidade, distanciando-se, portanto, da percepção modernista.

Num mundo onde o pensamento modernista, discorre Wilber de forma humorada, seria responsável pela bomba nuclear até o advento da cárie. Ao passo que no pós-modernismo estaria a salvação para todos os males da existência humana.

Hoje, boa parte das pessoas tendem a acreditar que existem somente essas duas percepções da realidade, pois até os estágios anteriores do desenvolvimento da consciência humana, são comparados como estágios anteriores deste novo paradigma, destruídas pelo nocivo pensamento modernista do velho paradigma.

Continuando seu pensamento, Wilber considera que o arcabouço teórico pós-modernista foi elaborado por baby-boomers, indivíduos nascidos na Europa do período pós-guerra até o ano de 1964, os quais registraram as transformações sociais e políticas de sua época em sua idade adulta.

Assumir uma postura pós-modernista, causa uma espécie de satisfação plena, ocasionado pela crença da conquista do estágio final do desenvolvimento da consciência humana. Porém, alguns pensadores, acreditam que deste novo estágio da consciência humana, surge o que Maslow descreveria como o surgimento dos “valores do ser”. Neste sentido, Wilber sugere que algo em torno, de 2% a 3% dos pós-modernistas, teriam migrado para uma outra etapa da consciência humana.

Enquanto as etapas anteriores são caracterizadas pela sensação de alguma debilidade a ser erradicada, essa etapa de transcendência da consciência humana, opera dentro de uma percepção de resiliência, distante de um comportamento onde a

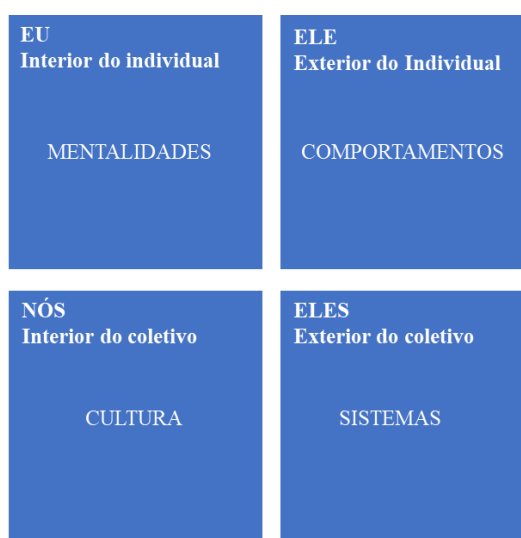
condição ideal de viver será somente alcançada mediante as suas regras e desejos, ou seja, neste novo estágio de consciência humana, não existe espaços para frustrações, uma vez que não está condicionada a realização de desejos.

Esta nova etapa da consciência, Wilber denomina de estágio integral, que consiste na aceitação de todas as estruturas de valores anteriores como importantes e verdadeiros, ainda que parciais. Basta observar a postura pós-modernista que se considera inclusiva ao mesmo tempo que nega todo e qualquer valor oriundo do racionalismo modernista.

Nesse sentido, é factível em aceitar a teoria integral como verdadeiramente inclusiva.

Em seguida, uma ilustração de como opera o pensamento integral a partir de quadrantes, agindo simultânea e influenciando-se mutuamente.

Figura 2 – Quadrantes da Teoria Integral



Fonte: Feito pelo do próprio autor

Para Wilber, muitos autores integrais, acabam concentrando-se deliberadamente nos quadrantes esquerdos de níveis de consciência e visões de mundo, relativizando a importância dos comportamentos, processos e atitudes fundamentais considerados nos quadrantes direitos para o afloramento das perspectivas integrais dos espaços dos quadrantes do próprio lado esquerdo.

Ao discorrer à respeito da Teoria dos *Stakeholders* dentro de uma perspectiva integral, significa observar que trata-se de um pensamento que opera sob os quatro quadrantes aventados por Ken Wilber, onde residem o “eu” enquanto percepção

interior dos contextos vivenciados, o nós remetendo-se a coletividade em todos os níveis de relações interpessoais, o “ele” enquanto o desenvolvimento de todas as ações aparentes da Teoria dos *Stakeholders* influenciando no comportamento dos indivíduos e finalmente no espaço dedicado ao “eles”, onde residem todas as formas de relações sociais que transcendem as do interior de sua coletividade assim como a relação com a própria natureza.

Portanto, a construção heurística deste trabalho, baseia-se na visão de mundo, nas necessidades humanas, no desenvolvimento cognitivo e no desenvolvimento moral sem preocupar-se em apontar os erros para se determinar os culpados, mas sim criar alternativas de resoluções para os obstáculos construídos de forma palpável e racional.

1.5 MASLOW E A TEORIA DAS NECESSIDADES HUMANAS

Abraham Maslow foi um psicólogo natural dos Estados Unidos, nascido em 1908 e falecido em 1970. Nos anos 40 do século passado, desenvolveu seu pensamento em torno da motivação humana. Seu trabalho seminal, “*A theory of human motivation*”, foi apresentada exatamente no ano de 1943, na *Psychological Review*, vol. 50, nº 4, num artigo de 27 páginas (370-396). Desde então, a importância e a pertinência de sua teoria são revigorantes para a compreensão e consequente desenvolvimento das percepções humanas. Sua psicologia humanista tem forte influência nas relações organizacionais.

Ideal portanto, para efeito deste estudo, que trata de percepções em torno da relação do capital transnacional com as distintas instituições e classes sociais locais, porém, personificando-se em uma organização, que vive e faz parte daquele lugar, onde todos são partes interessadas, a fim de interagir equilibradamente, ainda que dentro das limitações contextuais globais, para a manutenção sustentável do meio social, econômico e ambiental compartilhado por todos.

Maslow pensava de forma holística e dinâmica. Acreditava que o homem tem motivações perenes, pois elas renovam-se sempre que uma necessidade anterior esteja satisfeita, dando lugar a outra, em função de suas distintas e sequenciais categorias. O mais interessante é pensar que toda a humanidade estaria, portanto, sujeita as mesmas necessidades segundo sua teoria. O que, para este estudo, reforça a ideia de que tal peculiaridade, inerente à essência humana, indicaria um melhor

caminho para a evolução de um relacionamento sustentável, mesmo em ambientes caracterizados por tensões econômicas e sociais.

Maslow acreditava que a motivação humana parte de uma base inconsciente e que um homem motivado por determinado fim age sem impor-se regras ou limitações para sua obtenção. Sua ação pode ser em decorrência de várias motivações onde transitam muitas necessidades básicas a serem saciadas, as quais são dispostas seguindo uma hierarquia de maior grau de preponderância para o menor, ou seja, segundo Maslow (1943), quando as necessidades mais básicas são “relativamente bem satisfeitas”, somente então, as outras necessidades são ativadas. Porém, a preponderância de uma necessidade em relação a outra, não diz respeito a importância, mas sim, quanto a prioridade que o homem tem de satisfazê-las. Em seguida, em forma de pirâmide, denota-se a hierarquia das necessidades básicas humanas de Maslow.

Figura 3 – Pirâmide das necessidades fisiológicas



Fonte: Feito pelo do próprio autor

Na base da pirâmide das necessidades básicas humanas residem as **necessidades fisiológicas**, as quais são as mais preponderantes do instinto humano, como comer ou dormir por exemplo. Maslow entende que enquanto necessidades desta natureza não são saciadas, o indivíduo sempre as priorizará em detrimento a qualquer outra. Interessante enfatizar que todas as necessidades fisiológicas são saciáveis, mas cíclicas.

As **necessidades de segurança** dizem respeito a integridade física humana e remete a necessidade de um ambiente saudável, livre de ameaças como desastres naturais ou causados pelo homem assim como a convivência em uma sociedade pacífica tanto em seus relacionamentos externos como internamente. A dificuldade

em saciá-las por conta de fenômenos naturais ou antrópicos faz com que o homem aprenda a conviver com determinadas tensões.

O despertar das **necessidades de compartilhamento do amor** envolvem todo tipo de relação: seja amorosa, familiar ou de amizade, assim como pertencer a qualquer grupo em especial que seja. Um homem que tenha essas necessidades satisfeitas ao longo de sua vida tende a tornar-se alguém bastante confiante em suas ações.

Quanto as **necessidades de estima**, Maslow entendia existir duas ramificações: uma atrelada a necessidade de reconhecimento pelos outros e a outra voltada para a autoestima que não busca a aceitação externa para se realizar, mas sim, na autossuficiência que o homem necessita ter de sua força e competência.

As **necessidades de autorrealização** florescem na consciência humana onde o homem parte em busca de valores que transcendam as outras necessidades básicas. Segundo Maslow, pelo fato de as necessidades básicas da maioria das pessoas não alcançarem uma saciedade relativa, poucos são aqueles que vivem num estado de busca pela autorrealização. O homem que alcança este estágio, revela aparentemente, uma resiliência quanto a um possível retorno de qualquer necessidade básica recorrente, face a robustez de seu caráter.

Em suma, elencar Abraham Maslow e sua teoria como ponto de partida para a construção de uma sociedade mentalmente saudável, para muitos críticos, pode tratar-se de uma proposta meramente normativa, por seu pensamento não possuir validade empírica. Porém, em seu trabalho, Maslow reconhece a necessidade de um desenvolvimento mais aprofundado do tema e por consequência disso, o respeito as potenciais refutações.

Contudo, em um mundo onde a comunicação é praticamente instantânea, o sucesso da interação entre os diferentes nichos que compõe determinada coletividade é muito mais factível. Hoje, em função da tecnologia qualquer indivíduo pode interagir diretamente com a representatividade de seu governo local, tornando-se a relação entre povo e Estado muito mais intensa. Logo, as possibilidades se expandem com a viabilidade do diálogo frente a toda e qualquer adversidade que se apresente, ou seja, num contexto relacional, caracterizado por sociedade local, poder local e organizações empresariais de capital transnacional, a partir de balizamentos para a manutenção do bom relacionamento em comum, tais ações, podem custar muito

pouco a essas corporações sem que para isso seja necessária qualquer transformação no cenário político e macroeconômico global.

1.6 O CONCEITO DE MICROPOLITICA DELEUZIANO: UM PENSAMENTO INTEGRAL E CONVENIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

Gilles Deleuze foi um filósofo francês cujo pensamento em torno do conceito denominado de micropolítica, é examinado no artigo Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura.

Em Neto (2015), realiza-se uma análise, a qual, o conceito de micropolítica deleuziano transcende a simples acepção da palavra, no sentido de que uma sociedade, a despeito de suas diferenças, se define por sua capacidade de superação, promovendo novas alternativas de vivência, abstendo-se da necessidade de realização por meio de desejos voluntariosos, convergindo plenamente com o nível de consciência integral, que opera, não na idealização de um novo modelo de mundo, mas sim, consertar na medida do possível as questões urgentes do cotidiano que se avolumam.

O conceito de micropolítica pode ser entendido como um jogo de forças dicotômico, onde o molecular sobressai-se do molar, ou seja, nas relações de porte diminuto, dentro de um sistema macro, podem existir resoluções que destoam das linhas gerais de um ordenamento diretor, sem necessariamente confrontá-lo. Isso serve de encorajamento, na realidade da relação entre sociedade local com empreendimentos do grande capital transnacional, uma vez alcançado um diálogo mais aproximado, a possibilidade da empatia se eleva, e a chance de acordos bilaterais com ganhos direcionados a parte frágil da relação.

Neto (2015), avança discorrendo em seu artigo acerca do conceito de micropolítica deleuziano, de o quanto ela age dentro das peculiaridades das relações sociais mais diversas e o quanto pode causar resultados surpreendentes conforme o nível de alcance de reciprocidade ética.

2. A TEORIA DAS PARTES INTERESSADAS (*STAKEHOLDERS THEORY*)

2.1 A RELAÇÃO DO GLOBAL COM O LOCAL

Richard Edward Freeman desenvolveu o conceito das partes interessadas em 1982, mas quase 40 anos depois, demonstra sua importância sobretudo no mundo organizacional capitaneado pelo capital transnacional, materializado nas grandes corporações que transformam a paisagem e a vida dos indivíduos e das sociedades locais onde decidem se instalar e conseqüentemente, geram uma série de atritos. Ainda que esses grupos atingidos não integrem diretamente essas organizações, eles tornam-se as partes interessadas em seus processos.

Em seu livro, *Strategic Management: a Stakeholder Approach*, do início dos anos 1980, elencando essas partes interessadas como importantes fatores externos a serem considerados nas estratégias organizacionais, naquela época, parecia pouco condizente com o objetivo principal das empresas que era a maximização do lucro. Porém, o equilíbrio social, ambiental e econômico, dentro de sua perspectiva teórica, transcendeu o discurso, cujo único fim encerrava-se no aumento dos ganhos, devendo assumir, portanto, o protagonismo dos interesses das organizações. Freeman entendia que a questão da responsabilidade social era determinante para o sucesso das empresas.

Existe muita incredulidade em torno deste pensamento, por entender-se as relações de interesses das partes como extremamente conflitantes, cujo único caminho seriam resultados obtidos a partir de *trade-offs*, ou seja, a geração de lucro somente aconteceria em detrimento a qualquer outro interesse que houvesse. Ignorando-se, portanto, outros ganhos que pudessem ser adquiridos dentro desta percepção holística, agregando valor econômico para a organização. Entretanto, Freeman (1982), aponta ser possível uma postura ética e responsável capaz de promover um ambiente sustentável concomitantemente com o tão almejado lucro, suscitando um "capitalismo responsável".

A teoria dos *Stakeholders* ou partes interessadas, apresenta-se como a política mais social, econômica e ambientalmente correta no contexto atual onde o capital transnacional opera. Numa organização, além de seus clientes, acionistas e empregados, é fundamental elaborar estratégias junto às comunidades locais. Ou seja, todos os grupos sociais locais devem ser considerados como partes afetadas

dos processos produtivos da empresa. Para Freeman, somente o alcance de um meio termo de convivência pacífica, permitirá a continuidade amistosa da relação: organização, governo e sociedade local, ou seja, para efeito deste estudo, a manutenção da compatibilidade do global com o local.

Esse tipo de pensamento leva a crer que em detrimento ao desequilíbrio abissal que possa existir na relação entre nações pouco desenvolvidas com seus “pares” superindustrializados, numa contextualização macropolítica e macroeconômica, deve-se apostar no desenvolvimento de uma micropolítica local, a partir da Teoria dos *Stakeholders*. Segundo essa teoria o objetivo das organizações incorpora a sociedade, a natureza e a economia da região na qual interaja, pois, diferentemente de seus acionistas que vivem a milhares de quilômetros, sua sede e seus gestores interagem com a sociedade e fazem parte do lugar, e, portanto, torna-se ela própria uma parte interessada na interação local.

Em linhas gerais, são as seguintes as partes interessadas que uma organização de um oligopólio transnacional, operando numa região considerada periférica do ponto de vista econômico global, deverá considerar em seus processos produtivos para as suas tomadas de decisão:

- a. Os **acionistas** da empresa: que, obviamente, investem em busca de rentabilidade, mas sabem que fomentar uma instituição que desrespeite a natureza, a ética e o ser coletivo de outras sociedades pode ser extremamente prejudicial ao seu interesse financeiro, daí a responsabilidade da gestão envolvida em apresentar as possibilidades, mas também os limites, de sua capacidade produtiva sem o acarretar na destruição permanente do lugar.
- b. O **governo local**: que deve sempre buscar a partir de uma postura conciliadora junto as grandes empresas de capital transnacional, soluções que impulsionem o desenvolvimento econômico, social e ambiental do lugar. Portanto, suas demandas deverão sempre ser consideradas pela alta gestão dessas organizações.
- c. Os **Clientes**: partes interessadas que geralmente na relação do global com o local vivem em outros continentes, porém enquanto consumidores, estão atentos a maneira como o produto a ser adquirido é processado, ou seja, o trato

com as questões sociais e ambientais locais podem fortalecer ou enfraquecer essa relação, obrigando as empresas, apresentarem suas estratégias e ações com relação a sua maneira de produzir.

- d. O **Mercado de Ações**: pode ser personificado como uma parte interessada e funciona com a mesma dinâmica dos clientes, porém de forma comparativa com outras instituições de um mesmo segmento, ou seja, quanto mais econômica, social e ambientalmente correta em seus processos, mais valor de mercado atribui-se a determinada organização.
- e. A **Concorrência**: parte interessada em manter-se no mesmo patamar de ética em seus processos, pois num contexto oligopolista: qualidade, quantidade e menor preço dão o tom desta relação, portanto, para uma organização oligopolista, interagir de forma econômica, social e ambientalmente saudável, se garantirá competitivamente falando no seu nicho mercadológico
- f. As Organizações Não Governamentais, as **ONG's**: estão sempre atentas as ações dos projetos transnacionais e seus impactos nas sociedades locais tradicionais e quanto sua intervenção na fauna e na flora daquele lugar. Portanto diálogo e transparência mais uma vez é a forma correta de interagir com essas partes interessadas.
- g. A **Mídia**: em seus diversos níveis de ação é extremamente conectada e articulada capaz de rapidamente alavancar ou arruinar a reputação das corporações que em seus processos, agridam os direitos humanos ou a natureza do lugar onde estejam instaladas, ou seja, trata-se de uma parte interessada indireta do processo, mas uma grande formadora de opinião. Estreitar essa relação é a estratégia inteligente a ser adotada por qualquer gestão.
- h. Os **Estados**: na relação econômica periferia/centro são partes interessadas dentro do contexto macroeconômico com o foco em suas divisas. As regras mercadológicas e a força do capital delineiam o contexto global. Para a realidade local, tem pouca ou nenhuma relevância uma vez que tal processo

transcende qualquer iniciativa endógena de sua melhoria coletiva. Seguir as leis federais é o único compromisso que as empresas do capital transnacional devem ater-se.

- i. Os **empregados**: são partes diretamente interessadas junto as empresas que por sua vez criam uma série de ações para atrair e reter seus serviços. Quanto mais generosas forem, transforma-os em verdadeiros colaboradores, agindo positivamente dentro e fora da empresa.
- j. A **comunidade acadêmica**: fundamental para a construção do conhecimento em apoio a sociedade local, para a manutenção da discussão em torno dos limites que a região apresenta em função dos processos produtivos do capital transnacional, ou seja, a abertura do diálogo com essa parte interessada, sugere um bom nível de transparência para essas organizações.
- k. **Comunidade local**: é a sociedade fragmentada numa diversidade de grupos. Existem aqueles que prosperaram com o advento do capital transnacional, assim como outros que perderam seus espaços os quais eram determinantes para sua subsistência e tornaram-se social e economicamente vulneráveis em seu próprio lugar de origem. Esses grupos, portanto, são partes interessadas que merecem ser considerados dentro das estratégias corporativas dessas grandes organizações.
- l. Os **fornecedores**: para efeito deste trabalho, ou seja, aqueles relacionados aos efeitos de encadeamento pra trás que se apresentam mais na forma dos prestadores de serviços do que na oferta de bens de produção ou insumos necessários para os processos produtivos de uma organização transnacional empresa.

Portanto, os *stakeholders*, se constituem em grupos que orbitam em torno das corporações que dividem o seu espaço tanto a nível territorial quanto a nível financeiro, em maior ou menor importância para a realização de seus processos, porém de igual relevância para o prestígio internacional e crescimento de seu valor econômico.

O capital transnacional, representado por essas gigantescas instituições, jamais poderá ignorar as demandas ambientais e sociais de sua rede de conexão ou de seu raio de ação local. Caso contrarie seu próprio discurso. Tal atitude, poderá redundar na inviabilidade do seu negócio, desestabilizando toda a sua cadeia produtiva.

Vale ressaltar que a Teoria dos *Stakeholders*, é, portanto, uma mudança no paradigma das grandes corporações que se apresenta na forma de muitos avanços no quis diz respeito ao comportamento destas instituições, que são submetidas a um arcabouço normativo que impele essas organizações a constituírem relações de cooperação com todas as partes envolvidas, direta ou indiretamente, aos seus processos, sobretudo no que tange nas questões sociais e ambientais locais.

Figura 4 – Representação ilustrativa das partes interessadas



Fonte: Feito pelo do próprio autor

A esse fenômeno pode-se facilmente confluir com o conceito deleuziano de micropolítica, que propõe a transcendência das questões intransponíveis das contradições sociais, adaptando-se em torno de outros arranjos materiais que não aqueles que somente se considerem como a solução ideal.

Reiterando o que Neto (2015) aventara sobre o que Gilles Deleuze acreditava, que em função das questões urgentes que possam se apresentar, o homem é capaz de abarcar alternativas dentro de seu campo de ação, promovendo outros desfechos com novas realidades. Assim, em detrimento as políticas macroeconômicas que passam ao largo dos interesses de uma sociedade local de uma periferia global, em seu ambiente micropolítico, podem ser articuladas relações que permitam outras realidades menos traumáticas a essa coletividade e o ambiente que todos dividem.

2.2 EVOLUÇÕES A PARTIR DO PRÓPRIO MAINSTREAM ECONÔMICO

O autor Fernando Almeida, em sua obra “Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente” elenca as iniciativas da sociedade global em função dos problemas observados por Henrique Leff, num movimento de mudança do comportamento das grandes corporações, a partir de mecanismos como explicitados em Almeida (2007), quanto ao uso de códigos, princípios e normas, dentro de uma transparência repleta de dados e registros, assim como o engajamento dos stakeholders.

Tais mudanças são oriundas das pressões exógenas fomentadas por instituições internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas), engajando a sociedade civil, o setor privado e o setor público de diferentes nações que materializaram em 2000 a *Global Compact*, com o objetivo de tornar a economia global mais inclusiva e sustentável, assim como as diretrizes da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), determinando um código de conduta global para as corporações.

Na mesma linha de ação, foi criado o GRI (*Global Reporting Initiative*), conjunto de indicadores e recomendações com o intuito de revelar o desempenho econômico, ambiental e social. Foi também criada a Norma AA1000 por meio de comitês de garantia independentes, para assegurar a veracidade dos conteúdos relatados pelas organizações.

No conjunto de normas de adequação e inclusão, elenca-se a Norma SA8000 da *Social Accountability*, que apresenta diretrizes em torno das condições de trabalho nas cadeias de produção e suprimentos. Também foi elaborada a ISO 14000, pelos membros da International Standard Organization, com o objetivo de permitir a certificação do Sistema de Gestão Ambiental por terceiros e o (IDJS) Índice Down Jones de Sustentabilidade. Para terminar, na linha da transparência, foi criado um instrumento de proteção aos investidores, a Lei Sarbanes-Oxley de 2002, também conhecida como SarbOx, atuando efetivamente em relação as empresas de capital aberto.

Hoje, as referidas normas se readaptam, criando outros documentos de diretrizes. Em auxílio a SA 8000(Responsabilidade Social), em 2010 é apresentada a ISO 26000(Avaliação de desempenho da Responsabilidade Social), embora sem perfil certificador, contribui para melhoria na gestão de riscos e crises, melhoria na imagem

da empresa diante sociedade, clientes e fornecedores, elevando sua credibilidade e transparência.

Em substituição a OHSAS 18001, com o foco nas questões de saúde e segurança do trabalho, surge a ISO 45001-2018(Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional). A ISO 14001(Sistema de Gestão Ambiental) continua sendo o documento com as normas conferidas as questões ambientais.

2.3 AS NORMAS REGULAMENTADORAS BRASILEIRAS E OS NEGÓCIOS DO SETOR TERCIÁRIO DE BARCARENA.

As normas regulamentadoras brasileiras determinam as condições e os limites impostos para a realização dos trabalhos a serem desempenhados pelos indivíduos. Essa dissertação tem o foco nas normas referente às indústrias que são obrigadas a cumprir uma série de requisitos até poder colocar um trabalhador em sua área de processamento. Trata-se de um conjunto de trinta e seis normas brasileiras até o presente momento, que surgiram ao final da década de 1970 em número de vinte e oito, sob a égide da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que correspondem aos critérios apresentados pelos princípios da ISO 45001-2018 que sistematiza a Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional que residem em essência na Teoria dos *Stakeholders*.

São obrigações acabam por desencadear a necessidade de uma série de prestação de serviços diretos e indiretos que compõe o setor terciário do município de origem, fomentando sua economia.

Vale ressaltar que o descumprimento destas normas, incorrerá numa série de responsabilidades: administrativa, trabalhista, previdenciária, civil, tributária e criminal.¹

Tais obrigações acabam por desencadear a necessidade de uma série de prestação de serviços diretos e indiretos que compõe o setor terciário do município de origem, fomentando sua economia.

¹ Essas normas são as seguintes: NR 01 – Nova – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; NR 02 – Inspeção Prévia (revogada); NR 03 – Embargo ou Interdição; NR 04 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 07 – Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR 08 – Edificações; NR 09 – Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais; NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; NR 13 – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações; NR 14 – Fornos; NR 15 – Atividades e Operações Insalubres; NR 16 – Atividades e Operações Perigosas; NR 17 – Ergonomia; NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; NR 19 – Explosivos; NR 20 – SST com Inflamáveis e Combustíveis; NR 21 – Trabalho a Céu Aberto; NR 22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração; NR 23 – Proteção Contra Incêndios; NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho; NR 25 – Resíduos Industriais; NR 26 – Sinalização de Segurança; NR 27 – Revogada – Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTB; NR 28 – Fiscalização e Penalidades; NR 29 – NR SST Portuário; NR 30 – NR SST Aquaviário; NR 31 – NR SST na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura; NR 32 – SST em Estabelecimentos de Saúde; NR 33 – SST em Espaços Confinados; NR 34 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval; NR 35 – Trabalho em Altura; NR 36 – SST em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados. NR 37 – Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo.

3. DA HYDRO DO CAPITAL TRANSNACIONAL, DO MUNICÍPIO DE BARCARENA ENQUANTO SOCIEDADE LOCAL E DAS EXTERNALIDADES SOCIOECONOMICAS E AMBIENTAIS

3.1 SOBRE A HYDRO

A Hydro é uma refinaria de alumina de capital essencialmente internacional cujo principal acionista é a Norsk Hydro ASA, um conglomerado industrial norueguês que opera na cadeia do alumínio da extração da bauxita até a fabricação de extrusados e laminados.

Instalada no noroeste paraense a 50 quilômetros em linha reta da capital, Belém, é a maior planta química de alumina em operação no ocidente, com uma produção anual em média de 5,8 milhões de toneladas do referido produto. Atualmente, pelo menos 86% de sua produção é exportada e o restante é direcionado a produção de lingotes de alumínio na Albrás. Em toda a estrutura de gestão e produção da refinaria a Hydro proporciona mais de 4,4 mil empregos diretos e indiretos, confirmando a sua importância para a economia da região.

As informações supracitadas foram obtidas a partir do site oficial da Norsk Hydro assim como grande parte das informações, referentes a Hydro que verificar-se-ão a seguir, foram extraídas do livro, Alunorte: uma história de sucesso, escrito por Victório Siqueira, numa obra que celebra a prosperidade e a grandeza do empreendimento. Abaixo a imagem, da Hydro Alunorte em seus 25 anos de operação.

FIGURA 5 – Refinaria de Alumina Hydro



Fonte: Fonte: www.hydro.com

Na década de 1960 constatou-se que gigantescas reservas de bauxita repousavam em solo amazônico, mais precisamente no estado do Pará. A busca pelo desenvolvimentismo industrial dominava os anseios do país. Do outro lado do planeta, havia uma grande preocupação por parte da nação japonesa que encontrava sérias dificuldades em produzir energia a partir do petróleo, cujo mercado estava em crise na época. Essas eram as circunstâncias de um contexto que inicialmente justificavam as expectativas de todos os envolvidos para uma futura composição que viabilizasse a implantação de uma refinaria de alumina em solo amazônico.

A gênese do capital internacional promovendo o crescimento econômico na Amazônia se anunciava. Partilhavam-se os meios de produção que cada nação podia ofertar. O lado japonês em prol de sua manutenção econômica contribuiria com capital e seu avantajado conhecimento industrial, em contrapartida, o Brasil, ofertaria um ambiente com potencial energético privilegiado, “intermináveis” jazidas de minério de bauxita, água em abundância, farta mão obra à um preço tentador e muito espaço, “capaz” de assimilar qualquer transformação oriunda do referido empreendimento.

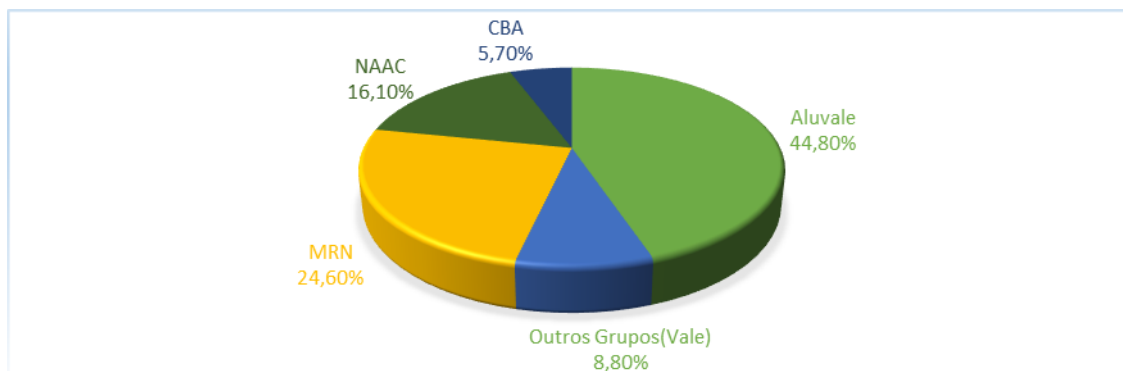
Assim, o Japão garantiria seus estoques de alumínio e o Brasil daria mais um importante passo em sentido ao seu tão almejado sonho desenvolvimentista, cuja materialidade residia na disposição do então governo militar de Ernesto Geisel.

3.1.1 O MOVIMENTO DO CAPITAL NA PRÁTICA

Ainda segundo Siqueira (2010, p.82), na composição acionária inicial da refinaria de alumina, o Brasil era o detentor das decisões na figura de principal acionista.

Em meio as grandes dificuldades e saída de considerável parte do investimento japonês até a partida da planta, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então estatal, assumindo o risco do empreendimento, possuía 53,6% das ações, onde o capital internacional por meio da Nippon Amazon Aluminium Company (NAAC), representava meros 16,1%, realidade completamente destoante dos dias atuais. Tais números são representados na figura 6 logo a seguir.

Figura 6 – Composição acionária da Alunorte em 1995

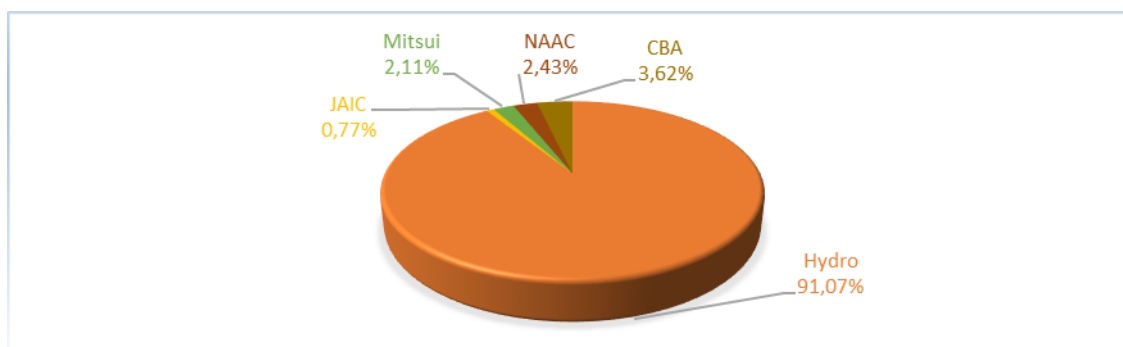


Fonte: SIQUEIRA, Victório. Alunorte: uma história de sucesso. Barcarena: Stilgraf Artes Gráficas, 2010.

No projeto inicial, estimava-se uma produção de 1,3 milhões de toneladas de alumina por ano, meta esta que não chega a 25% da realidade atual, pois, desde a partida da planta, novos investimentos foram feitos e três expansões foram realizadas, aumentando a capacidade de produção da refinaria para 5,8 milhões de toneladas de alumina por ano. Neste intervalo, no último quarto da década de 1990, ocorre a privatização da CVRD, cujas estratégias demonstram outras prioridades, refletindo uma indisposição dos novos acionistas em permanecer com os negócios ligados a cadeia do alumínio.

Assim, seguindo o rastro do movimento de capital, aventado por Sweezy (1976), o patrimônio outrora nacional tornara-se privado até ser absorvido completamente pelo capital oligopolista internacional, com participação de mais de 90% na pessoa jurídica da Norsk Hydro em 2010. Portanto, é natural e evidente que todas as ações estratégicas voltadas para este empreendimento em solo brasileiro, serão somente para atender aos interesses de seus proprietários. Quando se vislumbra a nova configuração acionária, observa-se que o único capital nacional, e ainda assim privado, não tem representatividade financeira significativa para pleitear qualquer demanda oriunda dos anseios nacionalistas. A figura 7 revela a atual estrutura acionária da refinaria agora denominada Hydro.

Figura 7 – Composição acionária da Hydro Alunorte em 2010



Fonte: SIQUEIRA, Victório. Alunorte: uma história de sucesso. Barcarena: Stilgraf Artes Gráficas, 2010.

Pode-se dizer, portanto, tratar-se de um empreendimento de investimento estritamente internacional, onde o maior acionista é a norueguesa Norsk Hydro ASA que conta com o capital estatal de sua nação e com atividades em toda a cadeia vertical do alumínio.

De acordo com o Diário Oficial de 26 de abril de 2018, o capital social da refinaria de alumina Hydro subscrito é composto por 2.209.966.000 ações ordinárias, 115.434.000 ações preferenciais classe C, sem valor nominal e 447.479.000 ações preferenciais classe A, com valor nominal.

Em 2010, foi transferido para a Ananke Alumina S.A. todas as ações da Vale S.A., representada por 1.304.250.027 ações ordinárias, 197 ações preferenciais Classe A e 21.992.308 ações preferenciais Classe C.

Em 2012, ocorreu um aumento de capital social da companhia no valor total de R\$ 819.961.820,60 mediante a emissão de 447.479.710 ações preferenciais de classe A, com valor nominal de R\$ 1.832 que foram totalmente subscritas e integralizadas a partir de 2013, pelos respectivos acionistas:

Tabela 1 – Acionistas da Hydro e seus respectivos percentuais

Empresas	%
Ananke Alumina S/A	57,70
Hydro Aluminium Brasil Investment B.V.	34,43
Companhia Brasileira de Alumínio	03,03
Nippon Amazon Aluminium CO. Ltd	02,17
Mitsui & CO. Ltd	02,22
Japan Alunorte Investment CO. Ltd	00,45

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará

Importante frisar que Ananke Alumina S.A e Hydro Aluminium Brasil Investment B. V, são holdings que fazem parte do capital da Norsk Hydro ASA.

3.1.2 INSUMOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

A alumina é o principal insumo utilizado para a produção do alumínio em forma de pó branco, denominado quimicamente oxido de alumínio (Al_2O_3), indissolúvel na água e apresenta ponto de fusão além de dois mil graus centígrados.

Sua produção demanda principalmente:

- a) energia a partir de caldeiras alimentadas por eletricidade, óleo diesel e carvão mineral para a produção de vapor;
- b) minério de bauxita;
- c) grandes volumes de água;
- d) cal virgem;
- e) hidróxido de sódio (H_2SO_4), este último, popularmente conhecido como soda caustica;
- f) mão de obra desenvolvendo suas atividades sob a égide das NR's (Normas Regulamentadoras) vigentes no Brasil.

Para efeito deste trabalho, o foco consiste justamente na preparação e avaliação dessa mão de obra, uma vez que isso requer a prestação de serviços que se enquadram nos efeitos de encadeamento para trás hirschmaniano.

Observa-se no item "f", em relação a mão de obra, que esta, somente poderá desenvolver suas atividades laborais, desde que estejam completamente habilitadas do ponto de vista da saúde física e mental, assim como em relação as suas capacitações profissionais e técnicas e suas boas práticas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente.

Para que um colaborador esteja ao nível de todas essas especificações e possa adentrar a área industrial, é necessário um conjunto de serviços que envolve desde cursos técnicos profissionais e de capacitação de atividades, pautadas em suas respectivas NR's, assim como uma bateria de exames, avaliações médicas e psicológicas periodicamente monitorando o estado de sua saúde.

3.1.3 OS PRODUTOS DA HYDRO

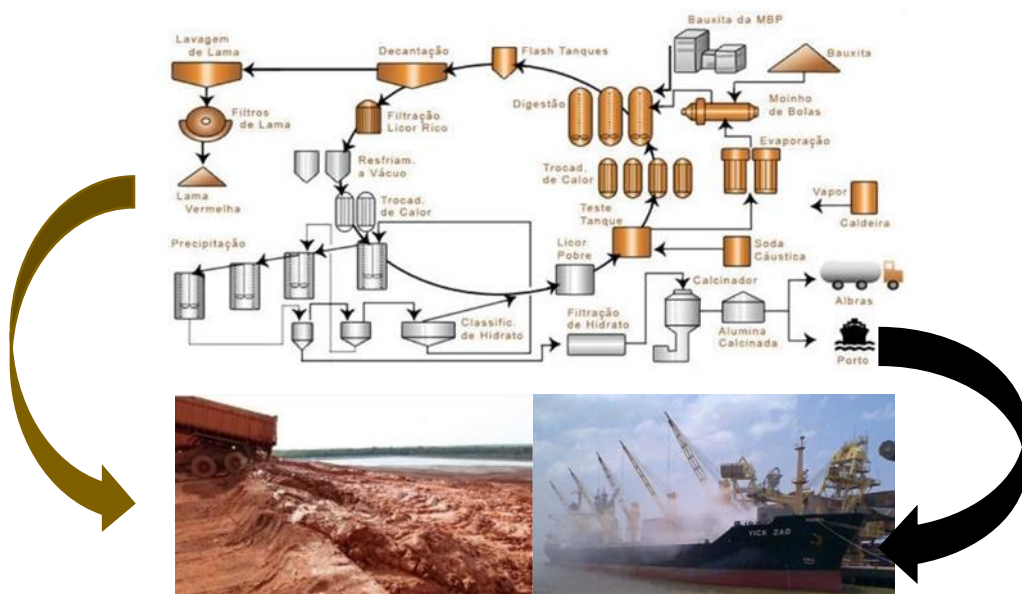
Por meio de um processo químico, denominado Bayer, submete-se os referidos insumos a determinadas condições de temperatura e pressão, de onde se obtém a alumina e o resíduo sólido da lama vermelha.

Ainda que não determinadamente, pois dependendo da planta industrial e do tipo de bauxita, em média, para cada uma parte de bauxita usada no referido processo, a metade produz-se alumina e a outra metade gera-se o resíduo sólido industrial, denominado lama vermelha de teor extremamente caustico.

O primeiro produto ganha o mundo transformando-se em outros bens de consumo, determinantes para o crescimento de um setor, assim como os bens de produção que fortalecem economicamente ainda mais o setor, fomentando outras indústrias, sobretudo as que conformam as nações de industrialização tardia. O que existe de melhor na cadeia do alumínio, é que por tratar-se de um metal com grande resistência a oxidação, viabiliza satisfatoriamente o processo de reciclagem. Já o segundo, o subproduto adquirido, a lama vermelha, sem utilidade prática até o momento, deve retornar ao ambiente, em depósitos impermeabilizados ocupando grandes extensões territoriais. Tais espaços são denominados Depósitos de Resíduos Sólidos (DRS), cuja menção neste trabalho, igualmente, remete-se as demandas por serviços que cumprem seu papel de mantenedores da natureza e do ambiente de trabalho.

A figura 8 a seguir, demonstra o fluxograma do Processo Bayer e as imagens explicitando o destino dos seus dois produtos gerados.

Figura 8 – Processo Bayer, produzindo alumina e lama vermelha

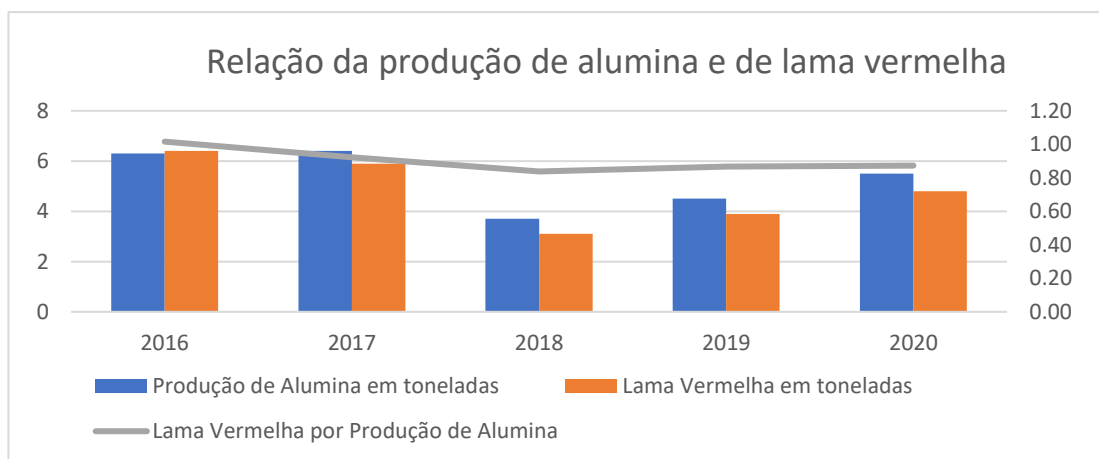


Denota-se claramente a dicotomia desenvolvimentista explicitada pelo ciclo produtivo da Hydro, que tem contribuído em regular medida com a economia local, trazendo renda para muitas famílias da região. Porém, numa percepção quanto aos efeitos de encadeamento para trás proporcionado pelas demandas da produção do óxido de alumínio, constata-se um considerável número de empresas prestadoras de serviços que não tem relação direta com o processo de refinamento da alumina, mas sim, atuantes nos setores do ensino profissional da capacitação de trabalho em atividades de risco elevado e da saúde.

3.1.4 PAISAGEM TRANSFORMADA, AUSENCIA DE VIDA

A outrora Alunorte, buscava uma nova alternativa para o depósito de resíduos sólidos. Dos lagos de lama, evoluiu-se, adotando-se o sistema Giulini, que consiste num processo de descarte de resíduo da alumina, numa fase mais densa, reduzindo a área destinada ao resíduo sólido para metade, ou seja, 1200 hectares previstos na época. Assim, de acordo com Siqueira (2010, p. 34), além do lote destinado ao descarte de resíduos sólidos e outros para a construção e expansão de sua planta de alumina, uma área de 3,3033 hectares, foi vendida pela Companhia de Distritos Industriais do Pará (CDI), como área de preservação ambiental. A questão, remete a necessidade de uma investigação mais apurada face ao desafio de encontrar hoje, alternativas que retardem o alargamento das bacias dos Depósitos de Resíduos Sólidos (DRS)'s.

Figura 9 – Processo Bayer, produzindo alumina e lama vermelha



Fonte: Hydro Annual Report 2020

Do relatório anual de 2020 da Norsk Hydro duas informações permitirão uma construção de uma projeção do espaço demandado para o descarte dos resíduos sólidos da refinaria de alumina para os próximos anos. A primeira delas denota a proporção de resíduo gerado em relação a produção da alumina. Ao visualizar o eixo da esquerda do gráfico, extraída do referido relatório, dispõe-se de dados referentes a produção de alumina e da geração da lama vermelha, de 2016 até 2020, representados pelas colunas azul e vermelha respectivamente.

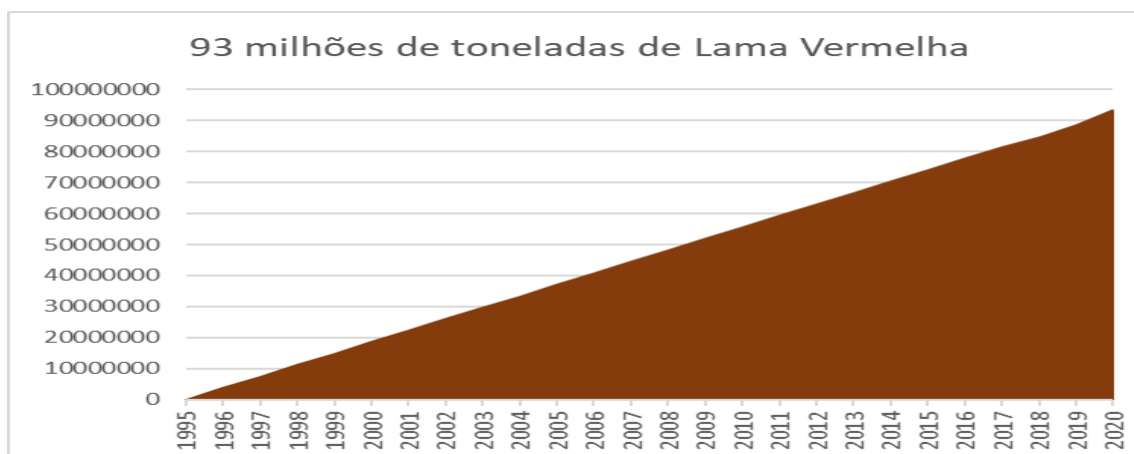
O eixo da direita, referente ao desempenho da linha cinza, explicita o quociente obtido da quantidade da lama vermelha gerada pela alumina produzida. Em média, evidenciou-se a geração do primeiro, em uma unidade abaixo que o produto principal. Assim, para efeito de uma melhor compreensão deste estudo, assume-se definitivamente, a partir daqui, a geração de lama sendo diretamente proporcional a produção de alumina.

A segunda informação, que servirá de embasamento para uma concepção futura do espaço demandado para o descarte do resíduo industrial, advém da quantidade de alumina produzida em toda a história da refinaria.

A informação desta vez somente pôde ser extraída do relatório anual de 2016 da Norsk Hydro, pois nas versões posteriores ela deixou de constar. Assim, com as informações adicionadas separadamente ao considerar a relação da produção de alumina e a geração da lama vermelha, como quantitativamente iguais, construiu-se um gráfico cumulativo do resíduo industrial, a fim de se aproximar do montante de lama vermelha despejada, desde a partida da refinaria de alumina, em 1995, até o final o final de 2020.

O valor obtido, ultrapassa 90 milhões de toneladas de lama caustica repousando em solo amazônico, cuja perspectiva é somente de continuar evoluindo, provocando a completa inutilização do espaço para qualquer tipo de atividade, ainda que se aventem alternativas do plantio de árvores como o jatobá. Porém, tais processos não apresentaram até o presente momento nenhuma transformação

Figura 10 – Cumulativo da lama vermelha de 1995 a 2020



Fonte: Feito pelo autor a partir de dados da Hydro Annual Report 2020

Siqueira (2010, p.155) celebra o fato de que a refinaria de alumina consiga depositar até 200 mil toneladas de resíduo sólido caustico por hectare. Diante desta afirmação, ao tomar-se a quantidade de lama depositada, por meio da estimativa supracitada, pode-se chegar à seguinte conclusão. Dividindo as 93,3 milhões de toneladas de lama pelas 200 mil toneladas atribuídas a cada unidade de hectare, a lama vermelha, ocuparia até o final de dezembro de 2020, aproximadamente 466,5 hectares, ou seja, pouco mais de um terço da área destinada para o descarte, no projeto do empreendimento.

Outra conclusão, que poderá servir como balizamento para auxiliar na compreensão deste estudo é a seguinte. Considerando uma produção anual de aproximadamente 6,4 milhões de toneladas de alumina por ano, conclui-se que, a cada ano, surge uma demanda de 32 hectares a ser utilizada como depósito de resíduo sólido, ou seja, a refinaria, atuando com suas sete linhas, em pouco mais de 14 anos, geraria uma quantidade de resíduo equivalente, ao produzido nos últimos 25 anos.

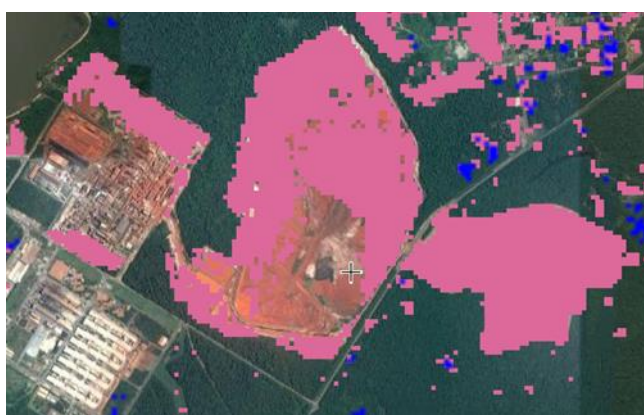
Continuando com este pensamento, mais 13 anos seriam o suficiente para compor os 1200 hectares destinados ao depósito de resíduos sólidos da Hydro.

Como já é sabido, o raciocínio desenvolvido até aqui partiu das considerações aventadas por Victorio Siqueira em seu livro produzido no início da década passada. Graças a tecnologia, sem muito esforço, pode-se confrontar tais informações com imagens atualizadas da região por meio de satélites, demonstrando a supressão da vegetação ao longo desses anos, assim como a evolução do depósito de resíduos

sólidos da refinaria de alumina. Além disso, tornou-se possível mensurar as dimensões dessas áreas e projetar com um mínimo de segurança a extensão da transformação da paisagem ao longo dos próximos anos.

A figura 8 evidencia o desaparecimento da vegetação do início do milênio até o ano de 2017. A parte rosa, denota a supressão vegetal ocorrida no lugar motivada tanto para as expansões da fábrica como para o alargamento do depósito de resíduos sólidos.

Figura 11 – Evolução da supressão vegetal (2000 a 2017)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do site <http://www.globalforestwatch.org>

Hoje, em meados de 2021, algumas projeções podem ser revistas. Até junho de 2017, 464 hectares tornaram-se área de depósito de resíduos sólidos industriais. O futuro da transformação da paisagem do lugar apresentava até então duas possibilidades.

A primeira era a mais preocupante, pois, de acordo com o histórico de produção da refinaria e as informações fornecidas por Siqueira (2010), somente em mais dois anos, portanto até junho de 2019, todo os 464 hectares já estariam repletos de lama caustica. Situação essa que não se concretizou.

Uma segunda situação, considerada a partir do histórico da geração de lama, avaliando-se as imagens de satélite e supondo que a segunda célula de descarte a DRS 2 ainda não tivesse entrado em operação até 30/06/2017, estimou-se uma vida útil de 6 anos para o novo depósito. Aparentemente, observando-se as imagens de satélite, passados 4(QUATRO) anos, conclui-se que somente 30% do DRS 2 esteja ocupada. Ou seja, a estimativa passada de seis anos de vida do DRS 2, agora passa a ser de doze anos.

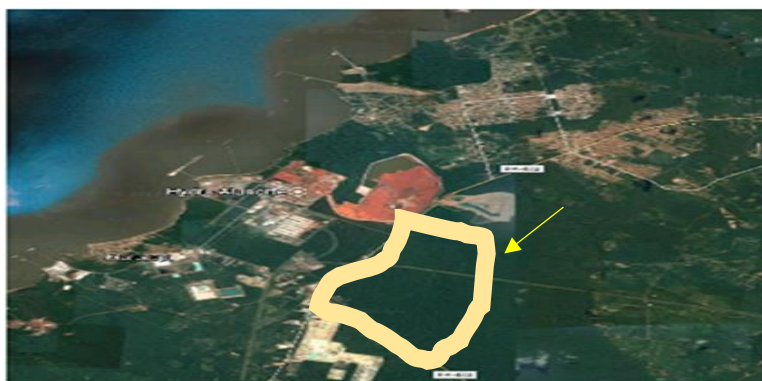
Ainda assim, convivemos com a realidade de que a cada doze anos, 120 hectares de mata serão transformados em deserto caustico.

Victório acreditava que a tecnologia de um futuro próximo resolveria a questão espacial do descarte de resíduos sólidos da Hydro. Nas palavras de Siqueira (2010, p.155): “Mais que isso, a tecnologia aplicada pela Alunorte facilita enormemente a recuperação dessa área após seu uso como depósito de rejeitos.”.

Passados vinte e cinco anos, ao considerar-se o tipo de material, uma lama vermelha de considerável teor caustico, aliado ao alto índice pluviométrico da região, muito improvável evitar a desertificação imposta a paisagem local. A maior prova disso reside no fato de que desde a implantação e partida da fábrica, nenhuma área foi beneficiada com algum tipo de recuperação ambiental. Assim, não é difícil imaginar o inevitável avanço desses depósitos, inclusive sobre áreas repassadas a título de preservação ambiental que não passam de campos de reserva para novos depósitos dos referidos resíduos.

Na figura 11 pode-se ver a atual realidade paisagística do lugar, ao mesmo tempo que permite ter-se uma noção da parte interna da figura como provável extensão de degradação para os próximos anos, mantendo-se os níveis de produção da refinaria.

Figura 12 – Vista aérea da região em torno da Hydro Alunorte (2017)



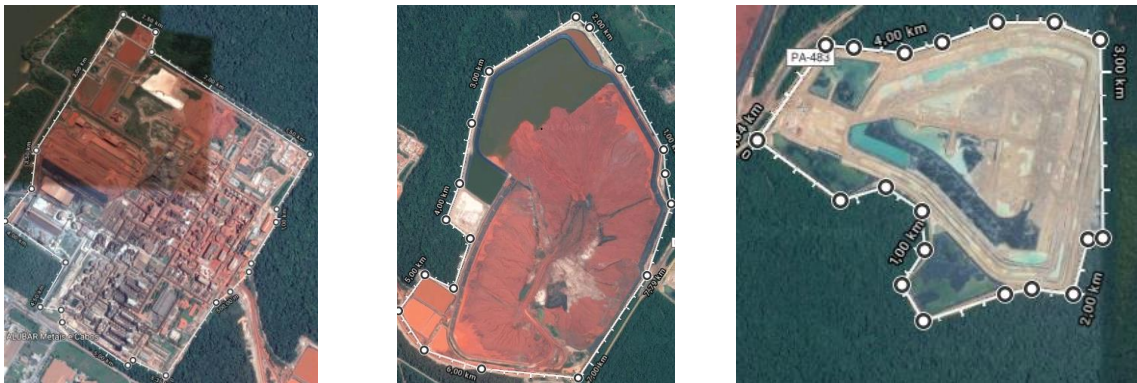
Fonte: Elaborado pelo autor com base em google maps© 2017

São aproximadamente 3 mil hectares de mata com o pretexto precípua de área de preservação ambiental, mas que na realidade sugere estar à disposição do “desenvolvimentismo econômico” e promoção do “bem-estar social”. Pensamento dicotômico num momento de notável escassez dos recursos naturais do planeta. Na figura 10 observam-se as imagens de meados 2017 contendo da esquerda para a

direita: a planta da refinaria, o depósito de resíduos sólidos inicial (DRS 1) e o novo depósito de lama (DRS 2).

As referidas imagens não estão dispostas proporcionalmente, pois a ideia reside em aproveitar ao máximo os detalhes das figuras. As dimensões dos referidos locais, da esquerda para direita são: a - A refinaria de alumina ocupa 1,59 Km² ou 159 hectares; b- O depósito de lama inicial (DRS1), mede 3,44 Km² equivalente a 344 hectares; c - O mais recente depósito de resíduos (DRS2) com 1,2 Km² ou 120 hectares.

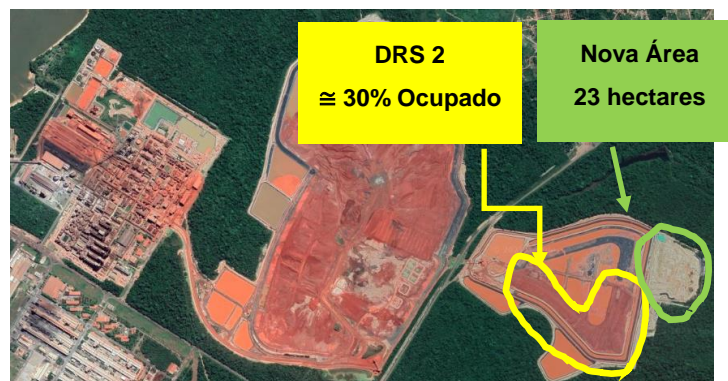
Figura 13 – Dimensões atualizadas da refinaria e seus depósitos de lama (2017)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em google maps© 2017

Para efeito de comparação, a figura 12 apresenta uma imagem da mesma área contendo os três espaços supracitados e foi captada em 10/05/2021. Pode-se perceber que em 4 (QUATRO) anos de existência o novo depósito de resíduos sólidos da Hydro, o DRS 2, apresenta aproximadamente, algo em torno de 30% de sua superfície ocupada com material sólido. Percebe-se também, na sinalização em verde, uma supressão vegetal nova, de aproximadamente 23 hectares

Figura 14 – Dimensões atualizadas da refinaria e seus depósitos de lama (2021)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em google maps© 2021

O tempo despendido neste trabalho, em torno da transformação da paisagem por conta dos depósitos de resíduos sólidos da Hydro, chama a atenção para uma questão que talvez seja a mais relevante dentre todos os aspectos pejorativos que uma planta química de refinaria de alumina possa causar a natureza, ao indivíduo e sua sociedade coletividade.

Pensar de maneira integral, significa considerar a realidade em vez de negá-la e a partir da composição de todas as externalidades observadas, positivas e negativas, considerar as ideias que sejam capazes de contornar, ou, ainda que não seja possível uma solução ideal, ao menos mitigar todos os transtornos apontados.

Portanto, se faz necessário uma investigação mais aprofundada deste processo, no sentido de se definir os limites do tempo de operação da refinaria e planejar com antecedência a substituição por outros arranjos econômicos para a região. Ou ainda, discutir a velocidade de sua operação, na intenção de propor uma desaceleração da mesma, até encontrar-se alternativas de negócios capazes de abarcar o excedente de mão de obra ocioso que surgirá, por conta de uma futura desativação da fábrica.

3.2 MUNICÍPIO DE BARCARENA

O município de Barcarena, como o Brasil, tem em sua população de origem, uma sociedade indígena, denominada Aruã. Após meados do século XVIII, a referida região foi denominada de São Francisco Xavier de Barcarena e ao final do século XIX, tornou-se o município que hoje se conhece.

Barcarena, localiza-se a uma distância de quinze quilômetros, considerando-se uma linha reta, da capital paraense, o município de Belém.

Figura 15 – Localização de Barcarena em relação ao estado do Pará



Hoje, Barcarena representa sua importância na economia por ser um importante distrito industrial do estado do Pará. Em Barcarena existem grandes investimentos do capital transnacional como a Imerys, detentora da maior planta de beneficiamento de caulim do mundo e da Hydro, que hoje ostenta o porte de maior refinaria de Alumina do mundo ocidental.

Figura 16 – Orla de Barcarena



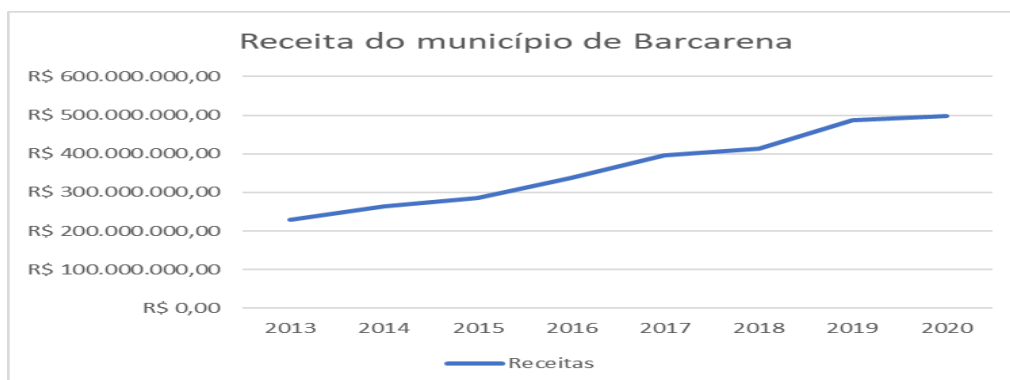
Fonte – Site Ordem dos Trabalhadores do Brasil

Além da indústria, também fazem parte do contexto econômico de Barcarena, de forma menos pujante, a agricultura e o turismo. De acordo com informações extraídas do site do IBGE, sua área territorial abarca aproximadamente 1,3 milhões de km², com uma população estimada em aproximadamente 127 mil habitantes. Ou seja, uma densidade demográfica de 76,21 habitantes por km².

O PIB per capita (Produto Interno Bruto por habitante) de Barcarena em 2018, quase alcançou a casa dos 39 mil reais. Porém, o percentual da população ocupada não alcança os 23 pontos percentuais, com a média de três salários-mínimos, sendo que quase a metade da população, vive com a renda aproximada de meio salário-mínimo.

Barcarena, atingiu no ano de 2017, o patamar aproximado de 400 milhões de reais em receitas, seja por meio de repasses federais, estaduais e suas próprias fontes de renda municipais. Aparentemente, o crescimento das atividades do setor terciário correspondente a prestação de serviços, promoveu uma alta na arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS), uma vez observado um aumento de aproximadamente 25% nos últimos três anos culminando com 2020, conforme pode-se vislumbrar no gráfico a seguir.

Figura 17 – Evolução das receitas do município de Barcarena



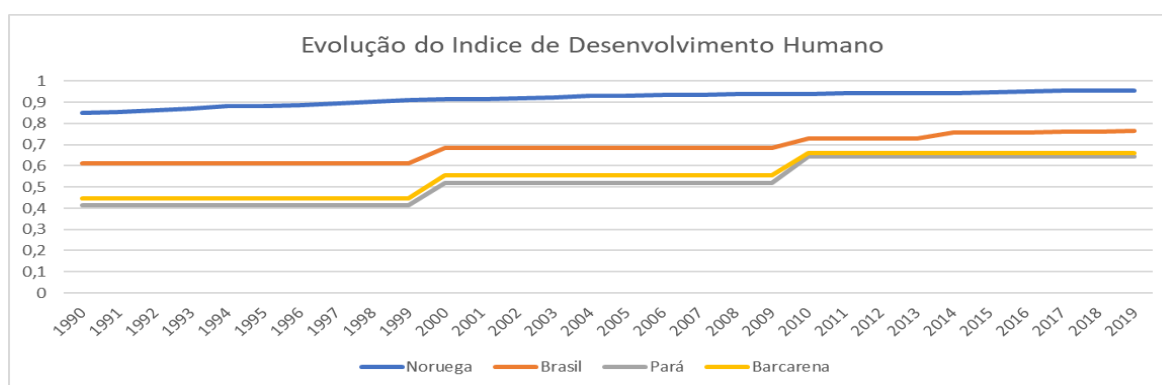
Fonte – Site da prefeitura de Barcarena

Dentro da concepção capitalista de desenvolvimento, surge a partir do próprio *mainstream*, a ideia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que em tese, mensura o nível de desenvolvimento de uma sociedade, a partir, de três parâmetros: educação, saúde e renda.

Trata-se de um avanço, se comparado somente o viés econômico como parametrização de um estado de bem-estar social, porém, ainda muito aquém de um índice mais adequado e completo para a realização desta tarefa. Assim, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio deste indicador, determina um ranking que baliza as sociedades do planeta.

A partir do critério supracitado, elaborou-se um gráfico comparativo entre o município de Barcarena, a Noruega, que é o país de origem da Hydro, do Brasil e do Pará, por serem o país e o estado, do qual faz parte a cidade barcarenense.

Figura 18 – Evolução do IDH: Noruega, Brasil, Pará e Barcarena



Fonte – Feito pelo próprio autor a partir dos sites: countryeconomy.com e IBGE

No gráfico acima, pode-se observar que Barcarena está com um IDH inclusive abaixo do estado do Pará, o que leva a crer, que mesmo ostentando o *status* de importante polo industrial da região, isso não é o suficiente para que o município alcance uma faixa do IDH considerada muito alta, tal qual se encontra a Noruega. Ocupando, portanto, somente a faixa mediana do IDH. A nível global, o Brasil ocupa a 84ª posição, de 189 países, em relação ao seu IDH, que é de 0,765. O estado do Pará, com o IDH de 0,646, no plano nacional, em meio a 26 estados e um distrito federal, detém ao lado do estado do Piauí, o lugar de número 24, ou seja, somente à duas posição do último lugar que é o estado de Alagoas.

Interessante observar, que a Noruega ostenta o patamar de melhor IDH do mundo com 0,957, ao passo que o município de Barcarena, que certamente tem contribuído para a manutenção da posição privilegiada do referido país nórdico, alcança apenas o 163º lugar, em relação aos 5570 municípios que compõem o Brasil e a 14ª posição, considerando somente as 144 cidades do estado do Pará com um IDH de 0.642.

Considerando-se o IDH de Barcarena à nível nacional, tem-se a impressão de que sua posição seria até razoável. A questão é que Barcarena é um dos municípios de um País que está atrás de mais 83 nações neste quesito.

Os números que compuseram as informações supracitadas, são de dados extraídos do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o IBGE.²

²As fontes dos dados obtidos do IBGE são: Área territorial brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021; População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020; Densidade demográfica: IBGE, Censo Demográfico 2010; Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011; IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Receitas realizadas: Contas anuais. Receitas orçamentárias realizadas (Anexo I-C) 2017 e Despesas orçamentárias empenhadas (Anexo I-D) 2017. In: Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional, Siconfi: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: set. 2018; Despesas empenhadas: Contas anuais. Receitas orçamentárias realizadas (Anexo I-C) 2017 e Despesas orçamentárias empenhadas (Anexo I-D) 2017. In: Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional, Siconfi: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: set. 2018; PIB per capita: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Barcarena, enquanto espaço e sociedade local, para a visão de muitos autores paraenses, não obteve vantagens quando se viu obrigada a ceder sua região para o capital transnacional. Essa percepção, considera que tanto o Estado enquanto nação, quanto os governos estadual e municipal, seriam entidades que somente operam reiterando o poder do capital transnacional, corroborando com seus interesses e legitimando suas ações dentro daquele lugar. Para Nahum (2016):

Neste reordenamento, a Albrás/Alunorte é um agente que usa o território como recurso para garantir a eficácia do processo de reprodução do capital. As modernizações introduzidas em função da instalação do complexo da Albrás/Alunorte não se estabelecem para negar o poder da elite governante municipal, tampouco minimizam o poder centralizador dessa elite. Ao contrário, se aliam solidária e organizacionalmente para usar mais eficazmente os recursos do lugar. Diante dos novos vetores de modernização administrativa, por exemplo, as normas da administração pública, todo o território é controlado por esse sistema de ações que conservam tradicionalmente, ações políticas centralizadoras, intransparentes e repressoras das iniciativas e normas que querem garantir a participação popular no planejamento e administração da coisa pública.

Portanto, vale ressaltar que este estudo não ignora a questão da relação desequilibrada existente entre o capital transnacional com territórios periféricos do ponto de vista econômico. Numa abordagem integral, na verdade, o que se propõe, é uma observação ampla da realidade, considerando elementos que se constituem em algo positivo para o município de Barcarena do ponto de vista econômico, ambiental e social, sem o detrimento das externalidades negativas que surgem em função desta relação.

Entende-se que o contexto vivenciado, está muito aquém de um equilibrado processo de desenvolvimento, onde a maior parte da sociedade local em nada se beneficia com esta situação. Porém, tais percepções do ponto de vista integral, podem vir a ser úteis para a materialização de novos contextos socioeconômicos e ambientais no município de Barcarena, desde que se pense de forma racional, mas, remetendo-se a própria aceção do significado da palavra e não tipificando-a como um desdobramento do pensamento modernista enquanto fundamento do modo de produção capitalista.

Racional, no sentido de aceitar-se a realidade tal como ela se apresenta, daí poder transformá-la num contexto, onde a sociedade local, tenha o direito de continuar a existir e usufruir dos recursos naturais de seu lugar, assim como todos que ali vivem, sem que para isso, seja necessário ocorrer uma revolução ideológica, onde pessoas comuns, devam pegar em armas para alcançarem seus objetivos. Entende-se que os

problemas são graves e somente aqueles que vivenciam essas agressões no seu cotidiano, sabem exatamente o que passam. Porém, deve-se acreditar que existam sim, outras vias de se transformar a realidade.

3.3 AS EXTERNALIDADES SOCIOECONOMICAS E AMBIENTAIS LOCAIS

No município de Barcarena, não observa-se negócios que atuem diretamente com atividades de mineração, mas sim, plantas industriais, de beneficiamento de alguns minérios, dando sequência as suas respectivas cadeias produtivas. As mais relevantes, pode-se citar, é a cadeia produtiva do Caulim assim como a da Bauxita.

No estado do Pará, como em toda a Amazônia legal, existem muitas minas onde se realizam a extração do ferro, do níquel, do cobre, do ouro entre outros minerais. Porém esses investimentos não tem demonstrado ao longo de sua história, uma adequação quanto a sua proposta de promover o desenvolvimento.

A percepção denotada nas palavras de um autor local que discute essa questão explicita isso:

Os desdobramentos decorrentes da mercantilização de recursos minerais em termos regionais, apesar de envolverem produção de mercadorias bastante diversas, valorizadas por empresas que foram instaladas em momentos históricos distintos, guardam importantes e decisivas singularidades e contam com lógicas e características comuns no que tange a repercussões em relação aos processos de desenvolvimento regional. Nestes termos, a análise das dinâmicas gerais derivadas das atividades voltadas à valorização de minerais da região facilita, sobretudo, a compreensão sobre a limitada capacidade de impulsionarem processos de desenvolvimento local (MONTEIRO, 2005, p.198).

Os autores de origem amazônica contribuem com obras que buscam na história elementos capazes de explicar o quanto o relacionamento com as nações consideradas modernas tem sido danoso a região amazônica. Marques (2019) pontua pertinentemente reclamando a existência de uma sociedade indígena muito anterior as invasões europeias, que lhes impuseram seu modo de vida “civilizado”, contextualizado pela dominação e subserviência perenemente reproduzidas dessa sociedade local.

Comportamento europeu, que ignorou seus próprios argumentos liberais das vantagens comparativas, quando do furto a luz do dia praticado pela Inglaterra, das

mudas e sementes da seringueira, planta nativa amazônica, prejudicando irremediavelmente a economia da região.

Uma relação desigual que se repete até os dias atuais com a abertura para os grandes empreendimentos internacionais, exaurindo e devastando a diversidade de seus recursos naturais.

Assim, idealizou-se a construção de rodovias e a “ocupação pelo homem” naquele lugar, de forma estratégica, em detrimento a imensidão hidrográfica da região e o fato de que a Amazônia já era povoada por seus moradores originais, tudo isso em prol de um progresso, o qual, tal desenvolvimento deveria vir da iniciativa privada, com apoio irrestrito do governo, por meio de suas instituições: SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Em meados da citada década surge o Programa Grande Carajás, em função da grande reserva de ferro existente naquele lugar, com a promessa de melhoria de vida para todos. Porém a questão do planejamento regional orquestrado pelo Estado sugere somente uma manobra do capital transnacional, que não se preocupa com a natureza e muito menos com a sociedade local, ao devastar os recursos naturais da região e expulsar o amazônida humilde de seu lar.

Essas questões, levam muitos pensadores a negar a imposição deste tipo de proposta em torno do desenvolvimento. Ainda em Marques (2019, p. 133)

O que significa “progresso” e “civilização” depende dos olhos de quem vê, dos padrões sociais que são construídos. Esses valores podem ser diferentes para populações originárias na Europa e para povos indígenas americanos. É aceitável ou repugnante ver homens com poucas roupas e armas primitivas se opondo a construção de uma estrada ou hidrelétrica? O que é mais importante: a preservação de árvores, rios e animais, pré-condição para a existência de populações originárias americanas, ou a supressão violenta (e sem diálogo) por grandes obras que supostamente trazem progresso? Os indígenas que ocupam hidrelétricas são contra o desenvolvimento do Brasil?

Vias de regra, são esses projetos que constituem a realidade atual, capitaneados por empreendimentos que começaram no início da década de 70 com os Planos Nacionais de Desenvolvimento, estendendo-se, em suas três versões até meados da década de 80, obviamente do século passado, onde a Amazônia teria um papel de protagonista, com o chamado, Plano de Desenvolvimento da Amazônia, em função da grande expectativa criada em torno de seus vastos recursos naturais.

A tônica do pensamento a respeito da ideia desenvolvimento aplicado à região amazônica é objeto de análise reproduzido em muitas obras, posto que ao ler Canto(2016), observa-se a mesma trajetória argumentativa, na compreensão de que em busca do crescimento, o Estado reedita o discurso do desenvolvimento sustentável, legalizando-o, impondo novos processos de dominação, suscitando uma questão interessante a qual leva-se a refletir que nesses locais que compõe a Região Amazônica, a pouco mais de meio século, várias comunidades locais eram senhores de suas ações em seus territórios, ainda que já houvesse alguns efeitos desse desenvolvimento.

Em sua obra, *Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental*, o geógrafo Otávio do Canto, discorre a respeito do projeto da empresa Alcoa, da mina de bauxita, em Juruti, município pertencente ao estado do Pará e de como este empreendimento acarretou uma série de problemas de ordem sociais e ambientais.

O discurso apresentado seria o mesmo observado em todos os outros grandes projetos, no qual a questão da sustentabilidade ambiental é o pilar fundamental para o desenvolvimento local, promovendo uma imagem pública do politicamente correto.

Porém, Canto (2016) aventa, que já, há duas décadas antes do advento dos planos nacionais de desenvolvimento, esses conflitos socioambientais por conta da atividade de mineração na Amazônia, ou seja, desde o ano de 1950, vem se reproduzindo da mesma forma, como inicialmente se observou com a Indústria de Comércio de Minério (ICOMI), instalada no Amapá, quando ainda era somente considerado Território Federal, cuja saída ao final de suas operações naquela região, deixou somente um rasto de pobreza e desolação.

Pouco mais de 70 anos, mesmo com o avanço tecnológico geralmente aventado como agente mitigador dessas externalidades negativas, esse processo degenerativo socioambiental local continua a se reproduzir.

Os projetos de mineração por sua vez, tem produzido inúmeros cenários de destruição dos ecossistemas amazônicos acompanhados de problemas de diferentes ordens sociais, desde as migrações desordenadas, a prostituição de menores, acompanhados de outros tipos de mazelas sociais.

Ainda que hoje se use um aprimorado aparato técnico e tecnológico, a extração mineral nas amazônias provoca grandes impactos, gerando sérios conflitos socioambientais. A extração da bauxita, por exemplo, demanda retirada inicial de todo o capeamento florestal, em centenas de hectares que, além da perda da biodiversidade, provoca a contaminação e, em alguns casos, faz desaparecer fontes e cursos menores de drenagem – os igarapés (CANTO, 2016, p.90).

A percepção supracitada se estende a outras visões, como na mensagem explicitada em Diniz(2017), abordando a dicotomia existente num lugar tão abastado de recursos naturais e minerais, com imensa diversidade e um contexto social de miséria e pobreza, no que o autor paraense denomina como paradoxo da abundância, apontando que o revés social da região, por meio de muitas tabelas e gráficos, é consequência das políticas públicas ambientais, visando o crescimento econômico, corroborando para um desmatamento desproporcional em prol de atividades nocivas que transcendem a mineração, como a madeireira, a agricultura e a agropecuária, que somente intensificaram a situação de pobreza da realidade social da Amazônia.

O reflexo dessa dura realidade, é facilmente observado, quando se analisam a renda e os indicadores sociais considerando outras regiões do país, ou seja, a concentração de renda em poder de poucos que lucram com a questão do desmatamento, deslegitima qualquer justificativa de desenvolvimento sustentável e local, uma vez que os referidos ativos naturais, poderiam por si só, proporcionar renda de forma bem mais abrangente.

Para Diniz (2017, p. 249):

A Amazônia, a despeito da sua condição peculiar no planeta em termos da abundância de recursos naturais e fornecimento de serviços ecossistêmicos, tem sua história marcada pela coexistência de dois fatores estruturais: ausência de riqueza e desmatamento. Ausência de riqueza pensada estritamente como pobreza absoluta, enquanto insuficiência de renda, mas, também, em termos de provisão de bens materiais e de condições de bem-estar à população residente na região. E, por outro lado, desmatamento entendido como a perda contínua da cobertura florestal, o que implica teoricamente em uma redução permanente do ativo, que poderia potencialmente contribuir para o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Um trabalho com uma proposta tão desafiadora, quanto interessante foi desenvolvido pelo economista, Francisco de Assis Costa. Em sua obra, “Uma breve história econômica da Amazônia”, a partir de uma construção teórica baseada em gráficos e imagens que o auxiliaram compor seus pensamentos argumentativos, apresenta um surpreendente dinamismo de arranjos econômicos locais, desde os anos 20 do século XVIII, que precedeu a atividade do boom da economia da borracha.

Costa (2019), demonstra historicamente que a construção de uma economia de um determinado lugar, independe da necessidade exclusiva de relações exógenas, o que se permite intuir, que em sua essência, a Amazônia dentro de sua fisiologia regional, pudesse ter tido alcançado patamares salutares de um tipo de

desenvolvimento a partir de seus próprios processos endógenos numa relação bem mais harmônica com o homem e a natureza locais.

Desconsiderando a condição de colônia portuguesa e imaginando um passado, o qual a Amazônia estava submetida a pouca ou nenhuma influência mercadológica internacional, onde a interação do homem com a natureza representava um outro significado e comparando-se, essa realidade, ao contexto globalizado atual, construído em relações descompensadas, como as existentes entre os países periféricos do ponto de vista econômico e os países desenvolvidos do “Norte Global”, é fácil de se acreditar, que nossa expectativa de vida no pretérito era muito maior, diante do descaso observado com os recursos naturais dos dias atuais.

Essa percepção, para muitos, leva a crer que todo o processo econômico desenvolvido na Amazônia, deva ser paralisado imediatamente. No entanto, não consegue-se apresentar alternativas que abarquem todos os interesses envolvidos. A ideia central, sobretudo numa concepção pós-modernista, gira em torno de uma ruptura total com a ideologia dominante, por entenderem, que somente o modo de produção capitalista vê na indústria e na tecnologia os agentes determinantes para o fomento de um desenvolvimento e que a mudança ideológica, por si só, repararia tal crença e recolocaria o planeta numa situação mais favorável a nível social e ambiental.

A questão, é que não se apresenta, de forma efetiva, um plano racional e factual de transição a partir de um novo projeto de desenvolvimento econômico que se coadune plenamente a nível social e ambiental, mas somente firmes posicionamentos de descontentamento com a situação atual e um desejo de mudança sem uma proposição lógica que o sustente. Lógica no sentido da necessidade de se considerar todas as demandas que compõe os processos de determinadas relações socioeconômicoambientais.

Faz muito sentido entender e aceitar que no modo de produção capitalista, durante o seu processo, homogeneíza-se valores humanos com o pensamento dito modernista, sujeita-se sociedades menos desenvolvidas a regras que só tendem a beneficiar aquelas que detém o poder econômico, assim como degrada-se sistematicamente a própria natureza para sua reprodução.

Porém, durante esse processo, gerações foram e vieram, parte dos indivíduos dessas renovadas sociedades menos desenvolvidas, assimilaram esses valores como seus. A partir disso, negar esses valores, significa dizer, que está se tolhendo a condição de se viver desses indivíduos, redundando em intermináveis discussões que

sugerem um teor ideológico, mas que na realidade, nada tem a ver com ideologia. São embates muito mais profundos do que isso, daí o perigo em desdobrar-se em sérias consequências sociais, pois trata-se de uma discussão em torno da personalidade do sujeito, ou seja, questionar personalidade tem o mesmo teor preconceituoso e é tão grave, como em se discutir, preferências quanto a orientação sexual, a cor da pele, comportamento cultural e tudo mais que se constitua para a formação do ser.

Em janeiro de 2020, no dia em que se completou um ano do desastre ambiental de Brumadinho, comunidades locais de Barcarena se reuniram para discutir em torno do referido tema, trazendo-o para a realidade do lugar. Na opinião de uma das representantes dos movimentos sociais presentes, as grandes corporações só visam o retorno financeiro em detrimento a qualquer consequência nociva que os seus processos possam submeter, tanto à natureza, quanto à sociedade. Igualmente presente no evento, a socióloga Edna Castro, conceitua que as regiões onde operam tais investimentos são denominadas de “zonas de sacrifício”, em função do déficit ambiental e social imposto a região local, transformando-a em uma sociedade doente, com o município de Barcarena poluído, entregue a subserviência da representatividade política ao capital estrangeiro, numa “práxis necropolizante”.

Para a elaboração deste trabalho, discorreu-se a respeito da Teoria dos *Stakeholders* de maneira integral, ou seja, a essência da referida teoria, por ser agregadora, assume um posicionamento a partir de uma visão holística, considerando o maior número de variáveis possíveis de um contexto socioeconômico e ambiental, a fim de ordená-las o mais próximo possível de uma realidade, menos nociva para as partes que já estejam tão prejudicadas em função de suas relações. Também mais equilibrada, no sentido de fazer-se reivindicações, as quais o outro lado possa atender.

Daí, não assumir uma postura preconceituosa, cética e encerrar prematuramente a possibilidade do diálogo proposto a partir da própria essência da Teoria dos *Stakeholders*, no caso deste estudo, quanto as externalidades negativas, que um empreendimento do porte de uma refinaria de alumina como a Hydro, tende a submeter a sociedade local.

Portanto, não se trata em fechar os olhos para os potenciais contextos desfavoráveis econômicos, sociais e ambientais e tão menos relativizar ou romantizar problemas tão graves quanto aqueles que abreviem a vida do homem e da natureza.

Mas sim, aprofundar-se nessas questões e ao mesmo tempo, buscar todas as vias possíveis de soluções, de forma racional, coletiva, ordeira e legal, sabendo que esse processo deve ser contínuo, ainda que os resultados sejam graduais, até que se alcance um meio termo que propicie uma coexistência na qual, a sociedade local, viva o presente de forma digna sem o detrimento de um ambiente saudável para as suas futuras gerações.

4. OS NEGÓCIOS DO SETOR TERCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARCARENA VISTOS COMO EFEITOS DE ENCADEAMENTO PARA TRÁS

Essa dissertação se debruça na observação dos negócios que se estruturaram a partir de determinadas demandas ou oportunidades a nível de relacionamentos sociais desde o advento das indústrias que se instalaram em Barcarena, especificamente, da refinaria de alumina Hydro.

Essas demandas ou oportunidades nada tem de relação quanto aos insumos necessários para a realização de seu processo. São na realidade instituições que passam ao largo da natureza de um sistema fabril, mas desenvolvem suas atividades em prestação de serviços, seja na monitoração e no resguardo do ambiente natural, como na preparação técnica de profissionais a atuarem tanto diretamente quanto indiretamente nas áreas administrativas e operacionais da Hydro, como também os negócios que consistem em avaliar, analisar e diagnosticar as condições fisiológicas do trabalhador, para somente após estes processos, serem considerados aptos ou não para suas atividades laborais.

Dentro da perspectiva dos nichos de negócios supracitados surgem essas prestações de serviços que são criadas para atender e atestar as determinações impostas pelas normas regulamentadoras brasileiras que compõe o bojo de regras para a gestão da segurança e medicina do trabalho, representada a partir das clínicas de medicina ocupacional, tornando-se portanto, as principais evidências de organizações com fins lucrativos, identificados como genuínos efeitos de encadeamento para trás resultantes das atividades da refinaria de alumina Hydro.

Num contexto mercadológico extremamente competitivo, a título de ilustração, elenca-se uma das oito clínicas de segurança e medicina do trabalho, estabelecida em Barcarena.

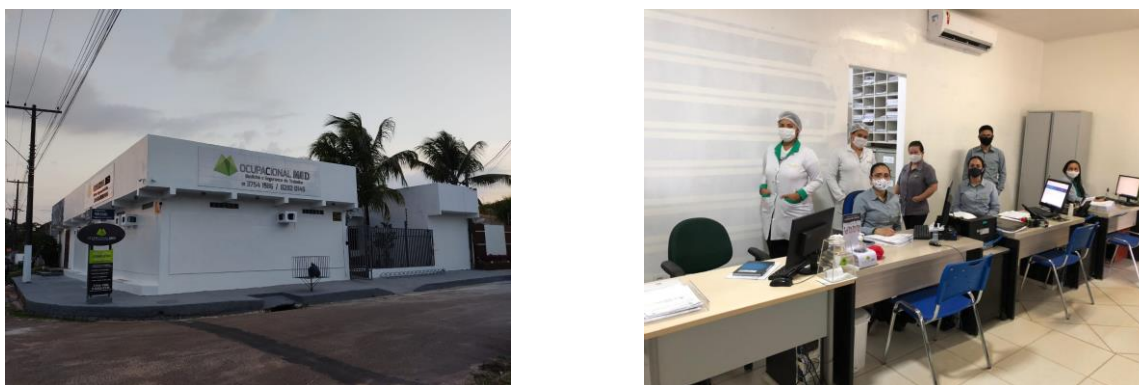
A Ocupacionalmed, uma das pioneiras nesta modalidade de serviço, vem participando ao longo dos últimos quinze anos, ativamente para a fomentação da economia local, com destacada contribuição a sociedade em geral. Segundo a sua fundadora, a Ocupacionalmed assume uma postura rígida, fundamentada na ética em todos os seus níveis de relação. Apresenta em seu quadro de prestação de serviços, quinze empregos diretos e dez indiretos.

Grande parte das empresas prestadoras de serviço da Hydro, antes de adentrarem na área industrial, obrigatoriamente submetem-se aos critérios de avaliação médica e

psicológica da Ocupacionalmed, que ao liberar o seu colaborador para o trabalho, emite um documento denominado ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) que somente então habilita o mesmo a exercer sua atividade laboral.

A seguir duas imagens que ilustram a estrutura da referida clínica, assim como parte de seu corpo de colaboradores, denotando sua contribuição social ao promover emprego e renda aos indivíduos do lugar.

FIGURA 19 – Prédio da Ocupacionalmed e alguns de seus colaboradores



Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, na mesma percepção de negócios que podem ser considerados como efeitos de encadeamento para trás, oriundos das demandas das fábricas da região, em função de suas ligações com a segurança e medicina do trabalho, tomando-se especificamente a Hydro como exemplo, reitera-se a criação de: a) Laboratórios de testes e coleta diversos e de diagnósticos por imagem; b) instituições de ensino técnico, profissionais e trabalhos diferenciados; c) empresas com serviços voltados para preservação e conservação ambiental

Finalmente, uma quantidade de organizações sem fins lucrativos, que em última análise adequam-se igualmente a percepção de fenômenos, enquanto efeitos de encadeamento para trás, no caso deste estudo, elencando-se a refinaria de alumina Hydro como agente catalizador. Trata-se das associações que se constituem a partir do compartilhamento de um mesmo passado, de suas crenças, tradições e necessidades no intuito de resguardar o seu lugar, materializando, portanto, uma espécie de solidariedade contra a opressão, no caso a força destrutiva do capital transnacional sobre uma região que representa a periferia da periferia global.

Ou seja, uma gama de organizações, com ou sem fins lucrativos, se reproduzindo continuamente no município de Barcarena, tanto na intenção do pronto atendimento

as especificidades das demandas da Hydro ou de qualquer indústria da região, como na intenção de se organizar e defender seus direitos, de manterem-se economicamente ativas a partir dos recursos de seu local de origem.

QUADRO 1 – Prestadores de Serviços e Associações do Terceiro Setor

Empresa	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária	Porte
Canalloc	Coleta de Resíduos Não-Perigosos	Coleta de Resíduos Perigosos	ME
H R Ambiental		Coleta de Resíduos Perigosos	DEMAIS
Terraplena Ltda	Coleta de Resíduos Não-Perigosos	Obras de Terraplenagem Usinas de Compostagem	
Ircctin Serviços e Negócios	Atividades de Intermediação e Agenciamento de Serviços e Negócios em Geral	Coleta de Resíduos Perigosos	EPP
Centro de Diagnostico de Barcarena	Laboratórios Clínicos	-	ME
Laboratório Clínico Amaral Guerra Ltda	Laboratórios Clínicos	-	ME
Laboratório Dr. Paulo Alcantara	Laboratórios Clínicos	-	ME
Jl Bio Análises Exames Laboratoriais	Laboratórios Clínicos	-	ME
Laboratório Amaral Costa	Laboratórios Clínicos	-	ME
Mandala Serviços da Construção Civil Ltda	Administração de Obras	Obras De Terraplenagem	ME
SENAI /PA Barcarena	Outras Atividades de Ensino Profissional	-	DEMAIS
Atitude RH, Consultoria e Cursos	Outras Atividades de Ensino Profissional	-	ME
Daniel Berg Sistema Educacional	Outras Atividades de Ensino Profissional	Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial	ME
Espaço Infantil Estação do Saber	Outras Atividades de Ensino Profissional	Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial	ME

Empresa	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária	Porte
Núcleo de Educação Profissional de Barcarena	Outras Atividades de Ensino Profissional	-	DEMAIS
Raludi	Outras Atividades de Ensino Profissional	Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial	ME
Serviço Social Da Industria	Outras Atividades de Ensino Profissional	-	DEMAIS
Supera Barcarena	Outras Atividades de Ensino Profissional	Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial	EPP
Planeta Terra	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Colônia de Pescadores Z 13 de Barcarena PA	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Instituto Social Frutos do Amanhã	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Amaua	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Natur Art	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Obras Sociais da Paroquia de Barcarena	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação dos Trabalhadores Rurais da Vila Santa Cruz	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
C.C.A.	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação dos Barraqueiros da Praia e Comerciantes de Vila do Conde	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
AMPRAB	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ACSCBT	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação Agroextrativista Ilha Arapari	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS

Empresa	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária	Porte
NDHE Barcarena	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ASSEB	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação Vida e Flora Barcarena	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Lar De Ismael	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Ministério de Avivamento Shekinah	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação de Pescadores Artesanais de Guajará da Costa	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ATRCGM	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação dos Micros e Pequenos Produtores do Tauaporanga	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
IDESAM	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ASPRAB	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
APRAFRA	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
A.M.C.B. Zita Cunha	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
UBM/Barcarena	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação Beneficente Comunitária de Vila dos Cabanos	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS

Empresa	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária	Porte
AMFG	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
CCVSF	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
AMOFA	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
PCDV	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
AMBE	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
AMAJAP	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Centro Comunitário Santana do Cafezal	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação de Moradores do Bairro Novo Paraiso – AMBNP	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação Fundo de Sustentabilidade Hydro	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Instituto Manilkara de Desenvolvimento Socioambiental, Saúde e Empreendedorismo na Amazonia	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Obras Sociais Paroquia São Tome E São Francisco de Assis	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS

Empresa	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária	Porte
AMSAJA	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação dos Produtores Rurais do Vai-quem-quer, Tauá e Japiim	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Vital	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Amorita	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
AABI	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Instituto Trilhar	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Sítio Curió	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Prisma	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação das Mulheres do Campo e Cidade de Barcarena	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
AMPRA	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ASAF	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
APAAFERRAMB	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ASAFRATA	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Coordenação Regional do Pará	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS

Empresa	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária	Porte
ARLS Fraternidade Cabana N 3513	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Associação do Acuí	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
AMCNE	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ASCA Barcarena	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ASPRUB	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
ACMPC	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	DEMAIS
Grupo Conect Educação Profissional Ltda	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	- Educação Profissional de Nível Técnico - Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial	ME
Paradigma Cursos	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	Educação Profissional de Nível Técnico	ME
Clinicalmed	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	-	ME
Labor Med - Medicina, Segurança e Saúde Ocupacional	Atividade Médica Ambulatorial com Recursos para Realização de Exames Complementares Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	Serviços de Perícia Técnica Relacionados à Segurança do Trabalho	ME
Samus Ambiental	Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	Serviços de Perícia Técnica Relacionados a Segurança do Trabalho	ME
Ocupacionaltec Serviços e Consultoria	Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	-	ME
Clínica Especializada Possibilitar	Atividades de Fonoaudiologia	Atividades de Terapia Ocupacional	ME

Empresa	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária	Porte
Fonoaudioclínica	Atividades de Fonoaudiologia	-	ME
Nova Solução Ambiental	Recuperação de Materiais Não Especificados Anteriormente	Coleta de Resíduos Perigosos	ME
Clipsi - Clínica de Psicologia	Atividades De Psicologia E Psicanálise	Atividades de Terapia Ocupacional	ME
Viver Bem Consultório de Psicologia	Atividades de Psicologia e Psicanálise	-	EPP
Topmed	Atividades de Apoio à Gestão de Saúde	Atividades de Terapia Ocupacional	EPP
Fisiocenter	Atividades de Apoio à Gestão de Saúde	Atividades de Terapia Ocupacional	ME
Med Com	Atividades de Apoio à Gestão de Saúde	Atividades de Terapia Ocupacional	EPP
Ideal Serviços Médicos	Atividades de Apoio à Gestão de Saúde	Atividades de Terapia Ocupacional	EPP
Cs Fisiocenter	Atividades de Apoio à Gestão de Saúde	Atividades de Terapia Ocupacional	ME
Fundo de Saúde	Atividades de Apoio à Gestão de Saúde	Laboratórios Clínicos	DEMAIS
Medical Center Clínica	Atividades de Apoio à Gestão de Saúde	Serviços de Diagnóstico por Registro Gráfico - ECG, EEG E Outros Exames Análogos	ME
Barcarena - FMAS	Serviços de Assistência Social sem Alojamento	-	DEMAIS
Pavifenix	Construção de Rodovias e Ferrovias	Serviços de Engenharia	DEMAIS
Cotecna Serviços Ltda	Testes E Análises Técnicas	-	DEMAIS
Serviços de Consulta e Monitoramento Ambiental - SECMA	Testes E Análises Técnicas	-	ME
Promed	Serviços De Perícia Técnica Relacionados À Segurança Do Trabalho	-	EPP

Empresa	Atividade Econômica Principal	Atividade Econômica Secundária	Porte
Ocupacionalmed	Atividade Médica Ambulatorial Restrita a Consultas	Atividade Médica Ambulatorial Com Recursos Para Realização De Exames Complementares	EPP
Clínica Argus	Atividade Médica Ambulatorial Restrita a Consultas	Atividade Médica Ambulatorial Com Recursos Para Realização De Exames Complementares	EPP
Pavidez	Construção de Rodovias e Ferrovias	Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos	DEMAIS
Infrapav	Construção de Rodovias e Ferrovias	Serviços de Engenharia	DEMAIS
AMCNSF	Regulação das Atividades de Saúde, Educação, Serviços Culturais E Outros Serviços Sociais	-	DEMAIS

Fonte: <https://app.leads2b.com>

As informações das empresas e organizações elencadas supracitadamente, foram obtidas a partir do site denominado “Leads2b”.

Junto a prefeitura de Barcarena não foi possível realizar o referido levantamento, por questões burocráticas e de confidencialidade.

Ao todo, de acordo com o referido site, foram identificadas 104 instituições ligadas a negócios, cuja necessidade ou justificativa de existência convergem com a proposta residente na teoria dos *Stakeholders*.

Como não se pode mensurar a contribuição a nível financeiro das atividades dessas instituições em relação aos outros tipos de prestação de serviços, considera-se importante portanto, para efeito do objeto de estudo deste trabalho, somente a evidenciação da existência desses negócios que em essência, são materializados como legado do pensamento que reside na Teoria dos *Stakeholders* e assim se apresentando como de fato dentro da perspectiva hirschmaniana dos efeitos de encadeamento para trás de um determinado investimento, no caso a refinaria de alumina Hydro.

Observou-se oito instituições voltadas para a educação das práticas corretas e especialidades em saúde e segurança do trabalho e meio ambiente; onze empresas que prestam seus serviços em atividades de conservação e preservação ambiental; vinte e duas organizações distribuídas entre clínicas e laboratórios que prestam seus serviços pautadas sob a égide da saúde e segurança do trabalho; sessenta e três associações cuja finalidade reside na captação de arranjos econômicos oriundos das

relações entre sociedade, capital, e Estado, assim como organizando-se em prol da defesa de seus direitos sociais.

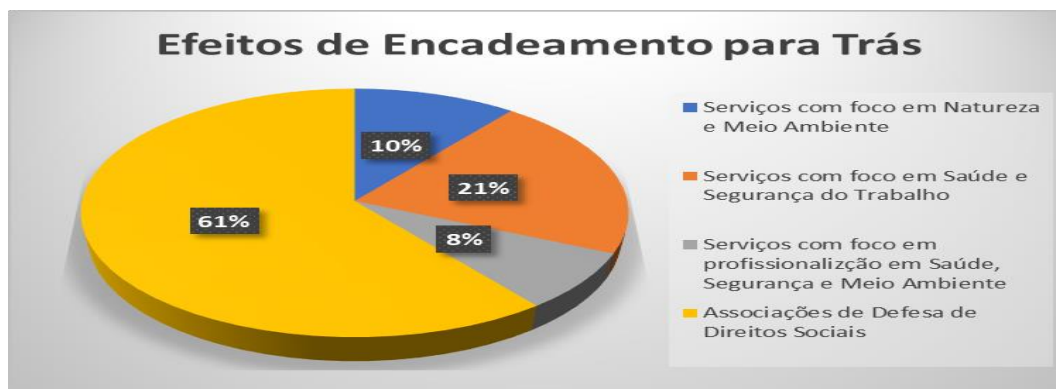
Com relação aos serviços que de fato se destacam em relação a natureza dos outros negócios, estão aqueles relacionados a saúde e segurança do trabalho. Porém, chama atenção o número expressivo de organizações que atuam em defesa dos direitos sociais, e que, portanto, representam o terceiro setor de Barcarena.

No aspecto que fora abordado anteriormente, as referidas associações do terceiro setor representam mais da metade das instituições consideradas como evidências dos efeitos de encadeamento para trás.

Aproximadamente, 1/5 (UM QUINTO) dessas organizações concentram seus serviços com foco em segurança e saúde do trabalho. Os serviços prestados em prol da natureza e meio ambiente, assim como aqueles que atuam na educação profissional, preparando seus alunos dentro de uma perspectiva pautada na saúde, segurança do trabalho, boa prática social e ambiental, compõe o restante do supracitado perfil.

A figura 15 ilustra contexto supracitado.

FIGURA 20 – Serviços e Associações enquanto Efeitos de Encadeamento para Trás



Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do QUADRO 1

O quadro dois apresenta uma matriz de acessibilidade técnica entre cinco tipos de atividades. Uma delas, do setor econômico secundário, representada pela Hydro, outras três, atividades de prestação de serviços do setor terciário e finalizando, organizações que constituem o terceiro setor de Barcarena.

QUADRO 2 – Matriz de Acessibilidade Técnica

Vendas Compras	Hydro	SNMA	SSST	SCEP	ADDS
Hydro	1	0	0	0	0
SNMA	1	1	1	0	0
SSST	1	1	1	1	0
SCEP	1	1	1	1	0
ADDS	1	1	1	1	1

Legenda: SNMA - Serviços com foco em Natureza e Meio Ambiente; SSST - Serviços com foco em Saúde e Segurança do Trabalho; SCEP - Serviços com foco em Capacitação e Ensino Profissional; ADDS - Associações de Defesa de Direitos Sociais

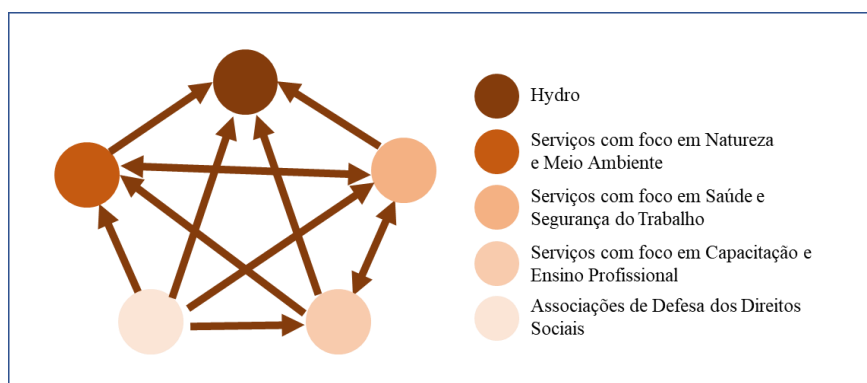
Fonte: Elaborado pelo autor

O algarismo “1” denota acessibilidade técnica ou ligação entre as referidas atividades, semelhante a uma matriz de insumo/produto. Nas colunas estão o que se pode considerar de insumos, ao passo que nas linhas os produtos. O “zero” indica que as atividades não possuem relações significativas. Por determinação, toda atividade é acessível a si próprio. Daí a diagonal principal ser totalmente unitária.

Na matriz, observa-se que a Hydro não tem relação de insumo, ou seja, ligação em linha ou (para frente) com nenhuma das atividades do setor terciário local proposto, nem com as entidades do terceiro setor, somente ligação em coluna, denotando claramente os efeitos de encadeamento para trás.

Na figura 16 observa-se essas relações em forma de dígrafo associado.

FIGURA 21 – Dígrafo Associado



Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que a refinaria de alumina Hydro é o ponto de chegada, ou seja, é um sumidouro do ponto de vista de efeitos de encadeamento para frente. As associações sociais atuam como um nascedouro dentro desta mesma perspectiva. Por outro lado, observa-se que a partir de seus efeitos de encadeamento para trás, no nicho de prestação de serviços propostos, evidencia-se uma relação de insumo/produto intensa entre as atividades do setor de prestação de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o claro entendimento da conclusão deste trabalho, três pontos são extremamente importantes. O primeiro ponto, diz respeito ao objeto de estudo desta pesquisa, o qual consistiu, em observar-se o surgimento de negócios, especificamente aqueles que fazem parte do setor terciário do município de Barcarena, precisamente na modalidade de prestação de serviços e que tenham sido criados em função das demandas operacionais de investimentos como o da refinaria de alumina Hydro, daí o termo “efeitos de encadeamento para trás”, e cuja natureza surgem com o propósito de aplicar os fundamentos contidos na Teoria do *Stakeholders*. Esses fundamentos em síntese, são a preocupação com os indivíduos, as sociedades das quais fazem parte e com a natureza.

O segundo ponto a ser esclarecido, é que esta pesquisa não foi de caráter quantitativo. Ou seja, o problema levantado não diz respeito aos resultados proporcionados pelo setor terciário do município de Barcarena, como o montante da renda alcançada pela prefeitura com as empresas, quantos empregos ele proporciona, qual sua contribuição para a composição do Produto Interno Bruto municipal ou qualquer número socioeconômico que se queira implementar. Este trabalho é, portanto, de cunho estritamente qualitativo, a partir da constatação do reflexo da Teoria dos *Stakeholders* dentro dos efeitos de encadeamento para trás da economia barcarenense, que se verifica, através da prestação de serviços que focam no bem-estar do indivíduo enquanto cidadão em suas demandas socioeconômicas e ambientais, do indivíduo enquanto trabalhador e seus direitos quanto a saúde e segurança laborais e da própria conservação da natureza.

O terceiro ponto, diz respeito ao posicionamento crítico em relação as questões abordadas. Por tratar-se de uma abordagem pautada na Teoria Integral, todos os pensamentos são considerados com o mesmo grau de importância. Portanto, a conclusão desta pesquisa não perpassa por uma postura modernista ou pós-modernista, mas sim agregadora, no sentido de que a Teoria dos *Stakeholders* não deve ser vista como uma reiteração do pensamento capitalista em detrimento a uma postura socialista.

Diante dos pontos supracitados, reiterando-se que este estudo partiu de um questionamento direcionado à teoria dos *stakeholders*, quanto a sua funcionalidade ou não dentro do pensamento econômico ortodoxo, chegou-se ao entendimento que,

de fato, o discurso reverberado pela Teoria dos *Stakeholders*, ainda que remetendo-se a um processo dicotômico, no qual a maximização dos lucros devesse dar lugar a uma série de variáveis, até então alheias ao mundo organizacional, conseguiu firmar-se, contrariando o preconceito de que tal diretrizes inviabilizariam a natureza de qualquer negócio, ao se contrariar a essência do capital de produzir cada vez mais para ganhar cada vez mais, propondo um aumento considerável nos custos de operação de uma determinada atividade fabril.

Assim, o estudo revelou, que a Teoria dos *Stakeholders* apresentou-se de forma efetiva dentro de uma perspectiva econômica, sugerindo a viabilidade da manutenção de processos produtivos considerados nocivos à sociedade e à natureza, em função dos problemas que o modo de produção capitalista enfrenta, que reside na finitude dos recursos naturais do planeta, sua degradação a níveis irreversíveis e o gigantesco abismo social global, a partir das relações dos países ditos periféricos com as nações superdesenvolvidas do ponto de vista econômico.

Em detrimento a discussão do mérito, do fato de o pensamento capitalista ser apontado como o grande responsável pela abreviação da vida no planeta, observa-se que a Teoria dos *Stakeholders*, apresenta-se como um agente mitigador em relação as externalidades negativas promovidas pelos processos produtivos dos grandes projetos transnacionais em regiões da periferia global, propondo novas abordagens integralizantes e aproximando o global do local, as quais, podem fornecer uma sobrevida para a continuidade destes processos de reprodução capitalista, condicionando-lhes outros valores, além daqueles observados somente a partir dos lucros.

Nesse sentido, indivíduo, sociedade e natureza integralizam as aspirações das grandes corporações que investem cada vez mais em suas relações. Com isso, surgem novas perspectivas de negócios, que antes não existiam. Novos postos de trabalho se fazem necessários para fazer frente as grandes questões enfrentadas pelas organizações do contexto atual.

Atuando dentro de uma perspectiva integral, a Teoria dos *Stakeholders*, em tese, viabiliza o diálogo entre o local e o global, o que pode ser interessante para novas oportunidades de negócios, ancorados no discurso ecológico e social, discutindo medidas para a mitigação das externalidades negativas onde estejam sendo realizados seus processos produtivos. Neste sentido, pode-se concluir que a Teoria dos *stakeholders* transcende a proposição normativa de um discurso caracterizado

pelo romantismo utópico e torna-se efetiva nas tomadas de decisões das grandes organizações que se apressam junto ao mercado internacional, em demonstrar seus valores de compromisso com as sociedades locais dos países periféricos com os quais se relacionam, assim como a natureza desses lugares.

Assim, pôde-se observar a partir deste estudo, o fenômeno da criação de negócios, considerados como efeitos de encadeamento para trás, uma vez que surgem a partir das demandas das indústrias de Barcarena, nas quais a Hydro se destaca, como investimento principal. São negócios de prestação de serviços, que compõe o setor terciário da economia do município de Barcarena, assim como quase uma centena de organizações do terceiro setor, que certamente contribuem para o desenvolvimento da economia local, refletindo efetivamente na arrecadação dos Impostos Sobre os Serviços (ISS), assim como na geração de mais empregos para a sua sociedade, enquanto as associações do terceiro setor se organizam politicamente junto a sua representatividade local em como discutir as externalidades negativas com organizações de capital transnacional como a Hydro, afim de viabilizar arranjos produtivos, gerando renda e fomentando ainda mais a economia local.

Em síntese, o trabalho é de teor estritamente qualitativo a partir de uma abordagem essencialmente integral que, inicialmente, apresenta a essência do capital transnacional e as externalidades negativas que ele representa em sua interação com as regiões periféricas do ponto de vista econômico, ilustrando essa percepção a partir da relação entre a refinaria de alumina Hydro e o município de Barcarena, para somente a partir da realidade explicitada, propor o seu objeto de estudo, que é a observância de um fenômeno, denominado “efeitos de encadeamento para trás”, que consiste no surgimento de negócios, em função das demandas operacionais de um investimento principal, no caso, a refinaria de alumina Hydro. Negócios esses, cuja natureza converge com os fundamentos que sustentam a Teoria dos *Stakeholders*, fazem parte do setor terciário do município de Barcarena e atuam como empresas prestadores de serviços. Ao final, constata-se a existência dos referidos negócios e por consequência a contribuição da Teoria dos *Stakeholders* para sua materialização refletindo positivamente na economia local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

BAIXE LIVROS. Baixe Livros, 2021. Site dedicado a divulgação gratuita de literaturas de domínio público. Disponível em <<https://www.baixelivros.com.br/literatura-estrangeira/a-arte-da-guerra>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

BRASIL DE FATO. Brasil de Fato, 2021. Site dedicado a informação de notícias. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/25/comunidades-de-barcarena-debatem-impactos-da-minera%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

COSTA, F. de A. **A brief economic history of the Amazon**. UK: CSP, 2019.

DINIZ, M. B. **Desmatamento e ausência de riqueza na Amazônia**. Belém: Pakatatu, 2017.

DOBB, Maurice. **A Evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FENZL, Norbert; MACHADO, José Alberto da Costa. **A sustentabilidade de sistemas complexos**: conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável: aspectos teóricos e práticos. Belém: NUMA/UFPA, 2009.

FORTES, W. A. da Silva; TASCA, J. E. **Uma análise sobre a aplicação de dados de business intelligence (BI) nas ações de prevenção situacional do crime**. In: Revista Ordem Pública e Defesa Social, v. 7, nº1. Florianópolis/SC. Disponível em <<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/72/71>>. Acesso em 20 de abril de 2021

FREEMAN, R. E.; McVEA, J. **A stakeholder approach to strategic management**. In: HITT, M.; FREEMAN, E.; HARRISON, J. Handbook of strategic management. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. 2ª Ed. São Paulo: Nacional, 1981. 161 p.

GEHLEN, Arnold. **Antropologia filosófica**. Del encuentro y descubrimiento del hombre por sí mismo. Barcelona: Paidós, 1993.

HEILBRONER, Robert Louis. **A natureza e a lógica do Capitalismo**. São Paulo: Ática, 1988.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A., 1961.

HOBBS, Thomas; TUCK, Richard (Org.). **Leviatã ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IMPrensa Oficial do Estado. **IOE**, 2021. Site dedicado a tornar públicos os atos do governo do Estado. Disponível em: < <http://www.ioepa.com.br> >. Acesso em: 10 de maio de 2021.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Série Logoteca).

KUSNETZ, Simon. **Teoria do Crescimento Econômico Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

LEADS2B. **Leads2b**, 2021. Site de serviço dedicado na captação de clientes por meio de rastreamento de CNPJ. Disponível em: <<https://leads2b.com>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

LEFF, Enrique. **A construção da racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEWIS, W. A. **Teoria del Desarrollo Económico**. México: Fondo de Cultura Economica, 1974.

LOPES, L. O. do C. **Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental**. Belém: GTR, 2016.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. SP: Polis Vozes, 1984.

MARCONI, M. de A. M.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, G. de S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. 1 ed. SP: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASLOW, A. H. A Theory of Human Motivation. 1943. Disponível <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>. Acesso em 20/05/2021.

MEADOWS, Dennis L. et al. **The limits to growth**. New York: Universe Book, 1972.

MONTEIRO, M. de A. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 19, nº 53, p. (187-207), fevereiro, 2005.

MYRDAL, Gunnar. **O Estado do Futuro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MYRDAL, Gunnar. **Perspectivas de uma Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

NAHUM, J. S. **O território usado em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras na Amazônia paraense**. Ananindeua: Itacaúnas, 2016.

NASCIMENTO, E. P. do. **Trajectoria da sustentabilidade: do ambiente ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados. São Paulo, n.26, p. 51-64, 2012.

NETO, J. L. F. **Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura**. Psicologia USP, São Paulo, vol. 26, nº 3, p. (397-406), 2005.

NORSK HYDRO. **Hydro**, 2021. Sobre a Hydro. Disponível em:<<https://www.hydro.com/pt-BR/sobre-a-hydro>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967. 755 p.

PERROUX, François. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SIQUEIRA, Victório. **Alunorte: uma história de sucesso**. Barcarena: Stilgraf Artes Gráficas, 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação da natureza e as causas da riqueza das nações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimento ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. 1 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

WILBER, Ken. **A visão integral**: Uma introdução a revolucionária Abordagem Integral da vida, de Deus, do universo e de tudo mais. São Paulo: Cultrix, 2008.